



DIÁRIO da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE ABRIL DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Corregedor da Fonseca

S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos.

Deu-se conta da apresentação dos projectos de lei n.os 143 e 144/VII e do projecto de deliberação n.^º 11/VII.

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente (José Sócrates) respondeu à pergunta formulada pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia (Os Verdes), sobre a localização do aterro sanitário para os municípios do Vale do Lima e Baixo Cávado, na freguesia de Vila Fria, concelho de Viana do Castelo, e ainda aos Srs. Deputados José Calçada (PCP), Roleira Marinho (PSD), José Carlos Tavares (PS), João Amaral (PCP) e Isabel Castro (Os Verdes).

À pergunta sobre trabalho infantil em Portugal, feita pelo Sr. Deputado Agostinho Moleiro (PS), com pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Paula Cristina Duarte (PS), José Calçada (PCP), Filomena Bordalo (PSD) e Odete Santos (PCP), respondeu o Sr. Secretário de Estado do Trabalho (Monteiro Fernandes).

O Sr. Ministro da Educação (Marçal Grilo) respondeu à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Pedro Passos Coelho (PSD), relativa ao acesso ao ensino superior, aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Ricardo Castanheira (PS), Sílvio Rui Cervan (CDS-PP), José Calçada (PCP), Carlos Coelho (PSD), Luís Mesquita (PCP), Isabel Castro (Os Verdes) e Bernardino Soares (PCP) e à defesa da honra da bancada feita pela Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite (PSD).

À pergunta formulada pelo Sr. Deputado Jorge Roque Cunha (PSD), sobre a possível suspensão do programa de troca de

seringas nas farmácias, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados José Niza (PS), Bernardino Vasconcelos e Francisco Martins (PSD), respondeu o Sr. Secretário de Estado da Saúde (Arcos dos Reis).

O Sr. Deputado Carlos Neto (CDS-PP) formulou uma pergunta sobre quais as medidas que o Governo já adoptou no domínio da prevenção e combate aos incêndios florestais para 1996, ao qual respondeu o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna (Armando Vara), assim como aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Rodeia Machado (PCP), Isabel Castro (Os Verdes), Gavino Paixão (PS) e Mário Albuquerque (PSD).

Sobre a pergunta relativa à alteração da servidão militar do Campo Militar de Santa Margarida, formulada pela Sr.^a Maria Luisa Mesquita (PCP) e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), Mário Albuquerque (PSD), Marques Júnior e Rui Carretero (PS), respondeu o Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional (Pereira Gomes).

Finalmente, à pergunta sobre a situação da segurança social, formulada pela Sr.^a Deputada Maria Amélia Antunes (PS) e aos pedidos adicionais de esclarecimento dos Srs. Deputados Costa Pereira (PSD), Rodeia Machado (PCP), Guilherme Silva (PSD) e Octávio Teixeira (PCP), respondeu o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social (Fernando Ribeiro).

Entretanto, o Sr. Presidente anunciou o pedido de renúncia ao mandato do Sr. Deputado Fernando Nogueira (PSD), tendo sido aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativo à sua substituição, assim como de um Deputado do PS.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 25 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Marques Moleiro.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António José Gavino Paixão.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luís.
Cláudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.
José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Pinto Simões.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel Alegre de Melo Duarte.

Manuel António dos Santos.

Manuel Francisco dos Santos Valente.

Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.

Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.

Manuel Porfírio Vargas.

Maria Amélia Macedo Antunes.

Maria Celeste Lopes da Silva Correia.

Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.

Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.

Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.

Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.

Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.

Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.

Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.

Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.

Nelson Madeira Baltazar.

Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.

Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.

Paulo Jorge dos Santos Neves.

Pedro Luís da Rocha Baptista.

Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.

Raimundo Pedro Narciso.

Raúl d' Assunção Pimenta Rego.

Rita Maria Dias Pestana Cachuxo.

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.

Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

Rui Manuel dos Santos Namorado.

Rui Manuel Palácio Carreteiro.

Victor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo..

Álvaro dos Santos Amaro.

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.

Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.

Antonino da Silva Antunes.

António Costa Rodrigues.

António de Carvalho Martins.

António Fernando da Cruz Oliveira.

António Joaquim Correia Vairinhos.

António Jorge de Figueiredo Lopes.

António Paulo Martins Pereira Coelho.

António Roleira Marinho.

António Soares Gomes.

Arménio dos Santos.

Bernardino Manuel de Vasconcelos.

Carlos Alberto Pinto.

Carlos Manuel de Sousa Encarnação.

Carlos Manuel Duarte de Oliveira.

Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.

Eduardo Eugenio Castro de Azevedo Soares.

Fernando José Antunes Gomes Pereira.

Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.

Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.

Fernando Santos Pereira.

Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.

Francisco Antunes da Silva.

Francisco José Fernandes Martins.

Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.

Gilberto Parca Madail.

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.

Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.

Hugo José Teixeira Velosa.

João Álvaro Poças Santos.

João Bosco Soares Mota Amaral.
 João Calvão da Silva.
 João Carlos Barreiras Duarte.
 João do Lago de Vasconcelos Mota.
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
 Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
 José Augusto Gama.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
 José Carlos Pires Povoas.
 José de Almeida Cesário.
 José Guilherme Reis Leite.
 José Luís Campos Vieira de Castro.
 José Macário Custódio Correia.
 José Manuel Costa Pereira.
 José Manuel Durão Barroso.
 José Manuel Nunes Liberato.
 José Mário de Lemos Damião.
 José Mendes Bota.
 Lucília Maria Samoreno Ferra.
 Luís Carlos David Nobre.
 Luís Filipe Menezes Lopes.
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
 Manuel Acácio Martins Roque.
 Manuel Alves de Oliveira.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria do Céu Baptista Ramos.
 Maria Luisa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
 Rolando Lima Lalanda Gonçalves.
 Rui Fernando da Silva Rio.
 Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.
 Carlos Alberto Maia Neto.
 Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.
 Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.
 Jorge Alexandre Silva Ferreira.
 Manuel Fernando da Silva Monteiro.
 Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
 Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
 Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
 Nuno Kruz Abecasis.
 Paulo Sacadura Cabral Portas.
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
 António João Rodeia Machado.
 Bernardino José Torrão Soares.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 José Fernando Araújo Calçada.
 Lino António Marques de Carvalho.

Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
 Maria Luisa Raimundo Mesquita.
 Maria Odete dos Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia.
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n.º 143/VII — Criação e processo de instituição das regiões administrativas no Continente (Os Verdes) e 144/VII — Altera a Lei-Quadro das Regiões Administrativas no que se refere às suas atribuições (Título III da Lei n.º 56/91, de 13 de Agosto) (Os Verdes), que baixaram à 4.ª Comissão.

Entretanto, foi também apresentado o projecto de deliberação n.º 11/VII — Suspensão do agendamento do debate relativo à regionalização e apreciação prioritária de projectos de revisão constitucional (PSD), o qual foi rejeitado com os fundamentos que constam do despacho emitido sobre o mesmo.

O Sr. Presidente: — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, como sabem, a sessão de hoje destina-se à formulação de perguntas ao Governo, pelo que dou de imediato a palavra à Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia para fazer a primeira pergunta, que versa sobre a localização do aterro sanitário para os municípios de Vale do Lima e Baixo Cávado, na freguesia de Vila Fria, concelho de Viana do Castelo. Responderá a esta pergunta o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.ª Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, os resíduos são, sem dúvida, uma das problemáticas ambientais mais graves em Portugal.

Os Verdes estão preocupados e empenhados em que se encontrem, urgentemente, soluções integradas para o tratamento dos resíduos sólidos urbanos e em pôr um ponto final na proliferação das lixeiras em Portugal.

Por isso, neste Parlamento, já fizemos uma interpelação sobre resíduos, apresentámos propostas legislativas, dirigimos perguntas ao Governo; como vamos fazer hoje, lançámos aqui, e fora daqui, sucessivos alertas e denúncias sobre o estado da situação. E é por estarmos empenhados na resolução do problema dos resíduos que não podemos concordar e não nos podemos silenciar perante decisões que são autênticos remendos e que, ainda por cima, parecendo dar resposta no imediato ao problema dos resíduos vão, na verdade, potenciar novas agressões ambientais.

A este propósito, gostaria de referir o caso de Ossela, no concelho de Oliveira de Azeméis, que Os Verdes, na altura, trouxeram a este Plenário, o qual tem, pelo menos, de servir de lição e exemplo sobre como não se deve actuar neste domínio.

Mas as decisões que este Governo está a tomar em matéria de resíduos não dão garantias ambientais, pois não se aposta no tratamento integrado, nem na reciclagem,

como, aliás, já o anunciam o Programa do Governo e o Orçamento do Estado. O que se está a fazer é a colocar um tapete de aterros de norte a sul de Portugal, mas nós, Os Verdes, que não somos contra os aterros — e gostaria de deixar isto muito claro —, não entendemos o aterro como solução isolada. O aterro não é uma solução por si só, o aterro é, unicamente, o destino final de uma solução integrada.

Mas passemos ao caso que nos traz aqui hoje, que é o da localização de um aterro em Vila Fria, no concelho de Viana do Castelo, que apresenta sérios riscos para o ambiente.

O Decreto-Lei n.º 310/95 estabelece que os projectos multimunicipais de execução de aterros dependem de autorização do Director-Geral do Ambiente. No mesmo diploma, prevê-se que a localização do aterro exija um parecer prévio favorável da respectiva Direcção Regional do Ambiente.

Ora, a localização do aterro em Vila Fria foi decidida, supostamente, com base num estudo elaborado pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo, encomendado pela câmara municipal e que custou nada mais nada menos do que 55 000 contos.

O que se pergunta é o seguinte: a respectiva Direcção Regional do Ambiente e o Ministério do Ambiente conhecem, avaliam seriamente aquele estudo e consideram que a solução apontada garante a preservação da componente ambiental, concretamente a salvaguarda da não afectação dos recursos hídricos da região?

Peço ainda ao Governo, através do Sr. Secretário de Estado, que comente aquela localização quanto às distâncias relativamente às vias rápidas e aglomerados habitacionais, ao arreio das directrizes comunitárias, que, se bem que por razões puramente processuais, ainda não estão contempladas em forma de directiva.

Por último, gostava de saber se o Ministério tem conhecimento — e sabemos que sim — dos termos da deliberação da Câmara Municipal de Viana do Castelo relativamente à localização do aterro.

Passo, muito rapidamente, a ler o ponto 5 da referida deliberação, onde se menciona o seguinte: «... o aterro sanitário receba os resíduos sólidos urbanos dos municípios...

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, peço-lhe que termine, pois já usou 4 minutos e, como sabe, só dispunha de 3 minutos. Isto, para além de que temos de ser estritos na gestão dos tempos.

A Oradora: — Termine já, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, a deliberação refere o seguinte: «... o aterro sanitário receba os resíduos sólidos urbanos dos municípios do Vale do Lima e Baixo Cávado, desde que seja garantida a recepção dos mesmos no concelho de Barcelos dentro de 11 anos, garantia avalizada por deliberações das Câmaras e Assembleia Municipais de Barcelos e compromisso escrito do Estado».

Sr. Secretário de Estado, que «acordos de corredor» houve nesta matéria? Que garantias lhe terão dado para que, nesta matéria, lhe seja permitido assumir compromissos em nome do Estado? O que é que se pretende? Pretende-se que, em véspera de eleições autárquicas, se mostre trabalho feito, mesmo que seja mau trabalho?

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, peço-lhe desculpa, mas tem de terminar. Nas sessões de perguntas ao Governo temos de ser rigorosamente estritos na gestão dos tempos.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — A Sr.ª Deputada tem 3 minutos e não 6 e já usou 5.1 minutos. Faça o favor de terminar, Sr.ª Deputada.

A Oradora: — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, a quem peço, desde já, que não ultrapasse os 3 minutos.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, concordo consigo quanto à avaliação que faz da situação dos resíduos sólidos urbanos. Trata-se de uma matéria em que o sentimento dominante de quem chega ao Governo é o de que não havia política ou, melhor, a política ideal era não haver política e quem olha para a panorâmica dos resíduos sólidos urbanos percebe que, neste domínio, está tudo por fazer.

Mas, Sr.ª Deputada, não se pode, ao mesmo tempo, exigir mudança e que tudo fique na mesma, até porque não vai ficar na mesma. Desta vez, há uma política e essa, como tive ocasião de explicar muitas vezes, passa por construir unidades de tratamento e destino final — e, na maior parte dos casos, os aterros servirão de unidades de tratamento e destino final — e passa também por um esforço muito sério de investimento numa política de prevenção, que se traduz, no caso deste sistema, na construção de estações de triagem e na realização de operações de recolha selectiva com o objectivo de melhorar as taxas de reciclagem.

Sr.ª Deputada, vamos resolver o problema em Viana do Castelo, estando previsto um investimento para construção de um aterro sanitário que vai cumprir as mais modernas e exigentes normas ambientais. Aliás, vamos cumprir tudo o que está na proposta de directiva comunitária sobre a matéria, designadamente o aproveitamento do biogás, os tratamentos lixiviados, a impermeabilização e um controle e gestão muito rigorosos, e vamos também fazer uma grande operação de recolha selectiva e de triagem. Estamos, portanto, a resolver o problema e não a criar mais um problema.

Por outro lado, a Sr.ª Deputada sabe que a localização do referido aterro estava a ser estudada há sete anos e é preciso que se perceba, de uma vez por todas, que a localização das unidades que dão resposta aos resíduos sólidos urbanos é da responsabilidade das câmaras municipais, que as propõem ao Governo, ao qual apenas cabe aprová-las de acordo com os parâmetros de localização de infra-estruturas deste tipo, que, naturalmente, passam pela distância em relação às populações e por uma avaliação geotécnica do terreno de modo a garantir que está em condições de receber uma tal infra-estrutura. É o que vamos continuar a fazer e foi o que fizemos neste caso concreto, pois foi aprovado pela Direcção Regional do Norte, com um parecer favorável do Ministério.

Em todo o caso, quero relembrar-lhe que o facto de diversas forças políticas se terem oposto a esta localização revela muita demagogia e muita tergiversação, porque, como bem sabe, várias forças mudaram de opinião ao longo dos últimos seis anos.

Finalmente, Sr.ª Deputada, quero apenas dizer-lhe o seguinte: esta política vai ser conduzida com muito rigor mas também com muita determinação. Não vai ficar tudo

na mesma, vamos cumprir um objectivo essencial que, desde há muito, o País tem em mente, que é o de chegar ao fim de 1999 com uma taxa de 100% de cobertura, acabando com as lixeiras e limpando o País, transformando-o num país mais orgulhoso das suas taxas de tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

O Sr. Presidente: — Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, temos connosco, a assistir à sessão, 27 alunos da Escola Secundária de Telheiras e 26 alunos da Escola Secundária Fernão de Magalhães, de Chaves. Saudêmo-los.

Aplausos gerais, de pé.

Para pedir esclarecimentos adicionais, dispondo para o efeito de 2 minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, de acordo com a resposta que deu, aquilo que pretendo que clarifique tem a ver com o seguinte: aquele aterro, de acordo com a deliberação da câmara municipal, de que o Governo tem conhecimento, está previsto para 11 anos e, depois, será transferido para Barcelos. O que é que isto significa em termos de solução? É que, de acordo com as palavras do Sr. Secretário de Estado, trata-se de uma solução integrada, mas, obviamente, não o é, porque o aterro é o destino final de uma solução integrada e está a ser tomado como ponto único dessa solução. Em termos de gastos públicos, o que é que representa um aterro com um prazo limite de 11 anos? É que isto é muito grave!

Por outro lado, o Sr. Secretário de Estado disse, e muito bem, que a câmara municipal propõe e o Governo aprova, o que significa que, em última análise, aliás, como o Sr. Secretário de Estado referiu, a palavra é do Governo, ou seja, o Governo aprova, de acordo com os parâmetros estabelecidos para... Ora, o que é que o Sr. Secretário de Estado me tem a dizer relativamente à proximidade das vias rápidas e das habitações e, nomeadamente, à existência de lençóis freáticos perfeitamente superficiais naquela zona, conforme está comprovado num estudo sobre erradicação de lixeiras? O que é que o Sr. Secretário de Estado me tem a dizer relativamente à possível contaminação desses lençóis freáticos?

Se as normas comunitárias prevêem esses riscos, nomeadamente os riscos dos lençóis freáticos, é porque, na verdade, eles existem e, por isso, essa preocupação também deve existir. No entanto, o próprio estudo sobre tratamento de lixos e resíduos naquela zona não se refere, numa única linha, aos recursos hídricos e à existência de lençóis freáticos naquela região.

O que é que o Sr. Secretário de Estado me tem a dizer relativamente a todo este processo que, de facto, me parece complexo?

Por último, gostaria apenas de dizer que, com estas soluções e o não envolvimento das populações nas decisões do Governo, o que o Governo está a fazer é a desacreditar completamente as populações em relação a esta questão. Um dia mais tarde, quando forem tomadas soluções justas e tecnicamente boas, a população vai estar desacreditada, por não ser envolvida nestas matérias.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, dispondo para o efeito de 1 minuto — nem mais 1, nem menos 1 —, tem a palavra o Sr. Deputado José Calçada.

O Sr. José Calçada (PCP): — Sr. Presidente, por 1 minuto — nem mais 1, nem menos 1 —, gostaria de repetir ao Sr. Secretário de Estado a questão que a Sr.^a Deputada que me antecedeu colocou.

Há informações técnicas fidedignas de acordo com as quais, na zona do aterro do Vale do Lima e do Baixo Cávado, existem, de facto, níveis freáticos e recursos hídricos muito importantes.

O Sr. Secretário de Estado, muito provavelmente, vai dizer que a questão da impermeabilização do aterro sanitário foi tratada, como não podia deixar de ser, mas o problema que se coloca não é esse, mas sim o de sabermos se a localização é a mais correcta, independentemente da impermeabilização.

O Sr. Secretário de Estado sabe com certeza que qualquer aterro sanitário deve ser sempre impermeabilizado e que entre uma área de recursos hídricos importantes relativamente a níveis freáticos, que, como sabe, levam centenas ou milhares de anos a serem reconstituídos, e uma outra área onde essa questão não se coloque é óbvio que a opção é inevitavelmente para uma área onde os recursos hídricos não sejam tão importantes.

Gostaria que, aqui, nesta Casa, nos respondesse, preto no branco, se tem conhecimento desta questão concreta — e preferiríamos não ter razão —, para que, eventualmente, daqui a três, quatro ou cinco anos não venhamos a ser assolados com problemas muito mais graves do que aqueles que agora se pretendem evitar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, durante 1 minuto, o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, todos comungamos das preocupações que ajudem a promover um melhor ambiente, uma melhor qualidade de vida e, por isso, é importante converter as tradicionais lixeiras. Porém, Sr. Secretário de Estado, a tomada dessas medidas deverá ter em conta todas as condicionantes envolventes, os pareceres técnicos e a anuência das populações.

No caso do aterro sanitário do Vale do Lima, Baixo Cávado, que garantias pode dar o Governo quanto ao prazo para a utilização daquele local e sua futura transferência para outra zona, após os onze ou doze anos previstos?

Aproveito ainda para questionar a evolução do problema do aterro sanitário do Vale do Minho, que mobiliza também as populações, porque, neste caso concreto, mais ainda do que no anterior, parece que não haverá a devida atenção quanto ao nível freático do local que estará previsto para este aterro sanitário. Por outro lado, as populações questionam se, findos os dez/ onze anos, não haverá transferência do local da lixeira, porque não é indicado outro local. Por isso, Sr. Secretário de Estado, pergunto-lhe se, eventualmente, está previsto, também no caso do Vale do Minho, em Valença, a transferência do aterro local e para onde.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Tavares.

O Sr. José Carlos Tavares (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, sobre a matéria do aterro sanitário de Viana do Castelo, tenho a considerar uma contradição entre os Grupos Parlamentares do PCP e de Os Verdes. Esta matéria foi tratada ao longo de vários anos na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal de Viana do Castelo, havendo já, desde 1989, quando o processo se

iniciou, a aprovação para a expropriação de terrenos e a aprovação do PDM, que, curiosamente, obteve os votos favoráveis do PSD, do PCP e do CDS e a abstenção do PS. De facto, é o PS que evolui para a necessidade de, provavelmente nesse local, se vir a criar o aterro sanitário.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito curioso!...

O Orador: — Muito curioso! Temos a abertura suficiente de espírito para progredir no sentido do que possa interessar mais.

Curiosamente, também é pela necessidade de mais aquisição de terrenos que estes mesmos partidos votaram a favor de um estudo que se fez previamente com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, que teve a anuência do PCP, não se tendo registado qualquer voto desfavorável sobre esta matéria.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, terminou o seu tempo!

O Orador: — Para terminar, a Assembleia Municipal de Viana do Castelo, na última semana, aprovou o aterro sanitário com 39 votos a favor e 28 contra, sem abstenções. Para que se saiba, o PS apenas tem 18 membros na Assembleia Municipal. Isto quer dizer que há um consenso ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

Tem a palavra, também no tempo regimental de 1 minuto, o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, tal como foi aqui referido nas várias intervenções, a questão das vias da comunicação é extremamente relevante neste problema e em todos os que se relacionam com os resíduos sólidos, que é uma preocupação que existe de Norte a Sul do País. O que lhe pergunto, muito concretamente, é se, havendo um projecto para resolver os problemas de quatro concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, através de uma incineradora, como é que V. Ex.^a embarga a obra da variante à Estrada Nacional n.º 10, que seria importantíssima para a circulação dos respectivos veículos.

O Sr. José Calçada (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Pergunto-lhe também como é que considera o desrespeito dos interesses das populações que está configurado nesse embargo e, inclusivamente, a ausência de respeito pelos compromissos assumidos pela Expo 98 — e sei que o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, António Costa, também conhece muito bem esta questão.

Entende ou não que é necessário desbloquear de imediato este processo e construir a variante?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (António Costa): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Orador: — Sr. Presidente, ocorreu-me agora uma dúvida...

O Sr. Presidente: — Então não é uma interpelação à Mesa, Sr. Secretário de Estado.

O Orador: — Sr. Presidente, a dúvida está relacionada com o andamento dos trabalhos e, por isso, é uma questão que coloco à Mesa para que me esclareça.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Secretário de Estado.

O Orador: — Sr. Presidente, a minha dúvida está em saber se a questão em apreciação neste momento diz respeito ao aterro sanitário no distrito de Viana do Castelo, porque o que o Sr. Deputado João Amaral acabou de formular foi uma pergunta que tem a ver com uma via do distrito de Lisboa. Fiquei com dúvidas sobre se estaríamos todos a falar sobre a mesma matéria ou se, então, a pergunta era outra.

O Sr. Presidente: — É um fenómeno de extensão temática!

O Sr. Deputado João Amaral pediu a palavra para que efectue?

O Sr. João Amaral (PCP): — Também para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, a minha dúvida é semelhante à do Sr. Secretário de Estado. Gostaria de saber se, ao fim e ao cabo, o Governo quer fugir a esta questão ou se não entende que a via que serve a incineradora de Lisboa é uma importante questão de coesão nacional!

Risos do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, também durante 1 minuto, a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a minha questão situa-nos de novo em relação à localização do aterro sanitário em causa. E pegando nas palavras do Sr. Secretário de Estado Adjunto, que falou na determinação de o Governo pôr fim, e de modo global, a estes problemas, pergunto-lhe se é para pôr fim de modo integrado, se é para envolver as populações e se é para não instituir o provisório como definitivo neste país. De facto, é disso que se trata nesta situação, porque estamos a falar de investimentos para onze anos e não há uma perspectiva de longo prazo.

Por outro lado, como é que se tem uma visão de longo prazo e como é que se quer tratar seriamente esta questão e fazer com que as populações a encarem também com seriedade se o estudo de que estamos a falar não tem uma perspectiva de valorização, não prevê a reutilização e a reciclagem e não tem essa componente como uma das questões? O estudo de que estamos a falar é tão só para um aterro e a sua localização, não tem uma perspectiva global de valorização dos resíduos. Portanto, que perspectiva é que há e que determinação é essa para soluções que continuam a ser provisórias?

O Sr. Presidente: — Para responder a todas as perguntas formuladas, no tempo regimental de 10 minutos, tem

a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começaria pela relevante questão da Estrada Nacional n.º 10, porque é a única lateral à questão do aterro sanitário de Viana do Castelo, embora naturalmente tenha também a ver com a problemática dos resíduos sólidos. Devo dizer que não é uma eminentemente questão de coesão nacional, mas, enfim, é uma importante questão.

E, para clarificar a posição do Governo, a questão é muito simples, Sr. Deputado: queremos a variante à Estrada Nacional n.º 10, mas queremos fazê-la de modo a que a zona de protecção especial não seja minimamente beliscada. É verdade que a Câmara Municipal de Loures sempre a defendeu e o Governo também teve sempre essa disponibilidade. Tenho, pois, a certeza de que vamos chegar a um acordo entre os interesses das diversas câmaras e os do Governo...

O Sr. João Amaral (PCP): — E os interesses dos cidadãos?

O Orador: — ...em construir uma variante que não ponha em causa os princípios da conservação da natureza, que são muito importantes e fazem parte dos interesses dos cidadãos.

Sr.^{as} Deputadas Heloísa Apolónia e Isabel Castro, o investimento que está previsto é de 4,2 milhões de contos, já decidido por este Governo, e prevê três questões fundamentais: primeiro, recuperar e encerrar todas as lixeiras daquela área geográfica, isto é, de todos os seis concelhos; segundo, construir a unidade de tratamento e destino final, vulgo aterro sanitário, de acordo com as mais modernas e exigentes normas ambientais; terceiro, construir uma estação de triagem e criar um sistema de recolha selectiva que incentive a reciclagem.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Mas isso não está previsto!

O Orador: — É isto que está previsto. Dizer-se que isto não é integrado, que não é a solução é apenas não querer fazer nada! E isto é para ir para a frente, não é para nos preocuparmos com grandes temas integrados. Não temos tempo a perder! E não temos tempo a perder porque é muito simples pensarmos que estamos no meio do II Quadro Comunitário de Apoio e o País tem a responsabilidade de aproveitar as verbas comunitárias, principalmente aquelas que derivam do Fundo de Coesão, para elevar os nossos padrões ambientais.

E dizem que não há envolvimento das populações!? Por favor! Então, há seis anos que se discute a localização do aterro sanitário naquela zona e dizem que as populações não estão envolvidas!? Francamente! Quantas vezes se reuniram as assembleias municipais e as assembleias de freguesias daquela zona para discutir a matéria!? O que é que quer dizer com «envolvimento das populações»? Pretende outra coisa para além do que foi feito? Seis anos de discussão, tantos projectos, 50 mil contos gastos em estudos e projectos, e diz-me que quer mais tempo?! Acho que esse é apenas o discurso de quem não quer fazer nada e quer adiar as coisas. Connosco não será assim! Seremos rigorosos na localização, mas seremos determinados, porque o País não pode esperar, em limpar as lixeiras e construir modernas instalações.

Pergunta-me o Sr. Deputado José Calçada que garanti-as lhe dou para a melhoria ambiental daquela zona. Bem sei que se referiu à questão da hidrogeologia, mas isso está previsto no estudo feito pelo Instituto Politécnico, porque há factores críticos de localização. Os factores críticos são muito simples: em primeiro lugar, a geotectónica — é preciso verificar se aquele terreno é suficientemente impermeável para garantir a protecção do subsolo; em segundo lugar, a hidrogeologia; em terceiro lugar, o afastamento das populações. Não estamos a inventar nada!

Foi com base nestes critérios que o Instituto Politécnico fez o estudo e nos propôs uma solução, tendo a hidrogeologia sido certamente considerada. Mas há uma garantia que quero dar-lhe: é que este aterro vai ser construído ao lado da actual lixeira. Mas aquela lixeira é que não pode continuar e o que vamos fazer é melhorar os padrões ambientais daquela zona. Não tenho, quanto a isso, qualquer dúvida, e certamente o Sr. Deputado também não.

Portanto, quando me pergunta que garantias dou, respondo-lhe que dou todas as garantias. O que vai ser feito, já lhe disse, é um aterro sanitário que vai aproveitar o biogás, que vai tratar os lexiados, que vai garantir uma impermeabilização, e que vai ser gerido segundo todas as exigências ambientais que estão em cima da mesa e que todos os especialistas conhecem. Portanto, não tenho dúvidas em garantir-lhe precisamente a qualidade ambiental. Os padrões ambientais daquela zona vão melhorar muito, porque não só vamos construir essa unidade como vamos encerrar todas as lixeiras daquela zona, o que é elevar em muito os padrões ambientais!

O Sr. Deputado Roleira Marinho pergunta-me também quais as garantias que lhe dou. Quero fazer-lhe a seguinte observação: transformar esta questão em mera luta política concilia não é boa conselheira. Aliás, vou chamar a atenção da responsabilidade do seu partido.

Protestos do PSD.

Se me dão licença, vou explicar. Sei que isto é incómodo, mas já agora oiçam! Vou recordar-lhe a história, porque talvez os Srs. Deputados não a conheçam: foi o PSD que, no anterior executivo camarário, liderou o processo do aterro sanitário, aprovou no PDM a localização em Vila Fria, adquiriu os terrenos daquela freguesia e aceitou os resultados do inquérito.

Gostaria que me explicasse por que é que o seu partido, em Viana do Castelo, votou contra a localização desse aterro. É uma explicação que talvez conviesse dar à Câmara para que se perceba que esta matéria de resíduos sólidos está a ser aproveitada, em muitos concelhos, para a luta de ganhar popularidade fácil...

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Foi aprovado em Assembleia Municipal por voto secreto!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — O voto foi secreto!

O Orador: — ... com um único objectivo: o de impedir que quem está resolva o problema.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Pergunta-me também o que vamos fazer. Garanto-lhe que vamos fazer! Aquela zona está há três anos — pergunte aos presidentes das câmaras, alguns dos seu partido —

sem saber o que fazer e durante estes seis meses garantimos o financiamento, acertámos um calendário e combinámos, numa operação complexa e difícil, que as verbas para aquele investimento vão sair do Fundo de Coesão, realizando-se segundo um calendário muito exigente, pelo que esperamos ter obra ainda durante o ano de 1997.

Como sabe, os concelhos de Esposende e de Barcelos, juntamente com o de Viana do Castelo, têm as maiores dificuldades e estão muito interessados em ter obra feita rapidamente.

Sabe, Sr. Deputado, em matéria de resíduos sólidos urbanos, não há espaço para não sermos ambiciosos. Ser realista é exigir muito, porque a situação, à partida, é muito baixa e, além disso, temos pouco tempo, ele corre contra nós, e ou planeámos agora ou, então, não o conseguimos concretizar neste II Quadro Comunitário de Apoio.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — É uma grande verdade! O tempo corre!

O Orador: — O que não estiver planeado e decidido agora, não será construído e, portanto, não há tempo para tergiversações, para não resistir a dificuldades e para popularidades fáceis. O estado do País exige rigor mas também determinação no prosseguimento de uma política.

Aplausos do PS.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Secretário de Estado, não é essa a questão!

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Deputada Isabel Castro pediu a palavra para defender a consideração da sua bancada relativamente a afirmações do Sr. Deputado José Carlos Tavares. Não me levará a mal, sobretudo em dias de aperto temporal, que peça à Câmara para não cairmos na tentação de reacções de hipersensibilidade ético-psicológica.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

O Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço desculpa mas o Grupo Parlamentar de Os Verdes não abusa desta figura regimental, pelo que penso que a posso exercer de pleno direito.

Porque assim é, gostaria de esclarecer esta Câmara acerca da questão suscitada pelo Sr. Deputado do PS dizendo que a primeira decisão que houve sobre o aterro é de 1989; a segunda decisão sobre esta matéria, a única que incide sobre a sua localização, é de 13 de Março de 1996 e foi tornada, por proposta do CDS-PP local, por voto secreto, havendo apenas cinco votos de diferença. Assim, as afirmações do Sr. Deputado do PS sobre a posição de Os Verdes nesta matéria são abusivas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Tavares para dar explicações.

O Sr. José Carlos Tavares (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, a minha intervenção apenas quis repor a situação em termos objectivos e a verdade é que se houve algum partido que, nos anos idos de 1989 e 1990, não estava muito de acordo com esta situação era o PS.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não sabia que o voto foi secreto!

O Orador: — A sua evolução, como eu disse, vai de acordo com o sentido dos outros partidos representados na Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Em 1989, inicia-se o processo de expropriação dos terrenos para o aterro sanitário, havendo, em 1991, a aprovação do PDM, com os votos favoráveis do PSD, do PCP e do CDS-PP e a abstenção do PS. Quanto a declarações de voto, nenhum autarca faz qualquer reserva quanto à sua localização em Vila Fria.

Em 27 de Março de 1996, com votos favoráveis do PS e do CDS-PP e votos contra do PSD e do PCP, a Câmara Municipal de Viana do Castelo aprovou, por maioria, a localização deste aterro sanitário. Curiosamente, os dois partidos que tudo fizeram para que ele avançasse, fazem uma inversão na sua posição, o que tem pouco a ver em termos de coerência.

Seguidamente, na semana finda, é aprovada, na Assembleia Municipal, a localização do aterro sanitário, com 39 votos favoráveis, 28 votos contra e sem abstenções. Para que se saiba, o PS tem apenas 18 votos nesta Assembleia Municipal, o que quer dizer que há um consenso, pelo menos em termos orgânicos, na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal para que o aterro prossiga.

Na base deste aterro está um estudo pedido pelo então presidente da câmara, que era do PSD, ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Ultimando esse estudo, houve uma comissão para a sua avaliação, tendo chegado à conclusão que, de entre todos os espaços possíveis, Vila Fria seria aquele que menos impacte negativo teria, porque, dos outros cinco locais possíveis, uns eram exígios, em termos de extensão, e outro, em Barcelos, embora tivesse condições equivalentes, estava na Reserva Ecológica Nacional, prevendo-se, porém, que, dentro de onze anos, possa vir a ser feito lá um aterro. Mas neste momento era necessário, o mais rapidamente possível, até 15 de Abril, termos este processo concluído — e por isso a Assembleia Municipal se manifestou até essa data — para ser possível termos os apoios da Comunidade Europeia e não nos podermos dar ao luxo de deitar ao lixo 4,2 milhões de contos.

Assim, faço um apelo ao Partido Ecologista Os Verdes no sentido de ter em consideração que temos de fazer um grande esforço ecológico e este é um momento crucial para isso.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Presidente, foi aqui colocada a questão de o PSD ter variado a sua posição em relação a esta matéria.

Queria relembrar que o PS fez aqui a demonstração de que, ele sim, alterou a sua posição. O PSD não o fez e, como foi explicado, a votação na Assembleia Municipal foi por voto secreto. Ora, que eu saiba, nenhum desses votos foi marcado para se saber qual o partido de que era originário. Por isso, protesto pela afirmação aqui feita pelo Sr. Deputado José Carlos Tavares.

O Sr. Jorge Roque Cunha (PSD): — Controla os votos! Controleiro!

O Sr. Presidente: — A pedido do PS, a segunda pergunta constante da ordem do dia de hoje, da iniciativa

deste grupo parlamentar, com o assentimento de todos, passa para último lugar.

A terceira pergunta, relativa ao trabalho infantil em Portugal, é igualmente apresentada pelo PS, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Moleiro para a formular.

O Sr. Agostinho Moleiro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança foi ratificada em 1990, sem reservas, por Portugal. No artigo 32.º dessa Convenção refere-se, nomeadamente, o trabalho infantil como uma exploração económica da criança.

Também os artigos 59.º e 74.º da Constituição da República tratam dessa protecção especial do trabalho de menores e da proibição de trabalho de crianças em idade escolar. Como todos sabemos, a idade escolar, em Janeiro de 1997, vai ter como limite os 16 anos.

Por outro lado, sabem VV. Ex.ºs que a definição de criança nesta Convenção é a de todo o ser humano com menos de 18 anos. O governo dessa altura assumiu perante a comunidade internacional o compromisso de desencadear e implementar, a nível do País, a realização de um plano nacional de acção para resolver este grave problema. Desse plano e dos seus resultados pouco ou nada se sabe.

No entanto, nos últimos anos, têm vindo a público várias situações de trabalho infantil clandestino, sobretudo no norte do País e relacionadas com empresas do calçado, vestuário, confecção e construção civil. Estas manchas negras de trabalho infantil foram, em nossa opinião, reflexos de uma política social e de emprego e não culpa dos pais dessas crianças nem delas próprias, conforme, durante muito tempo, se tem feito crer.

Portanto, é inaceitável que um governo de um país responsável, democrático e livre ratifique uma convenção e no fim de seis anos não a tenha cumprido, tendo escondido aos portugueses os verdadeiros problemas do trabalho infantil.

Quero aqui recordar o importante papel desempenhado pela comunicação social para, na abordagem pública que faz, trazer uma sensibilidade social às nossas populações e também, de certa maneira, a resolução do problema no aspecto preventivo.

Finalmente, quero realçar o papel de várias instituições, umas governamentais outras não, como o Centro de Estudos Judiciários, o Instituto de Apoio à Criança, a própria Assembleia da República, no trabalho que encorreu sobre a criança mal tratada, a Secção de Pediatria Social e a Comissão Nacional de Saúde Infantil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a dignidade de uma sociedade aprecia-se pela valorização social, pela promoção escolar e satisfação das necessidades básicas das suas crianças e jovens. Apoiamos, portanto, a nova postura deste Governo, que desde logo fez prova de transparência e realismo, ao fazer constar do seu Programa, como uma das suas preocupações, o trabalho infantil. Por isso, apoiamos todas as medidas e acções que V. Ex.º venha a tomar para, de uma vez por todas, acabar com esta situação paradoxal: os adultos estão no desemprego porque não têm trabalho e as crianças não vão à escola para trabalhar.

Por isso, pergunto ao Sr. Secretário de Estado qual foi a situação que encontrou em relação ao trabalho infantil e, nomeadamente no que se refere à acção deste Governo, quais são as medidas imediatas, preventivas e pedagógicas, que pretende tomar.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, com a primeira pergunta ao Governo, demorámos meia hora. Como ainda

temos seis perguntas, precisaríamos de 3 horas para concluir os trabalhos agendados para hoje e não as temos. Pelo Regimento, cada pergunta não poderia demorar mais de 20 minutos e vou ser rigoroso no controle desse tempo.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Trabalho.

O Sr. Secretário de Estado do Trabalho (Monteiro Fernandes): — Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Deputados, sobre a questão do combate ao trabalho infantil existe, pelo menos desde a segunda metade da década de 80, um vasto consenso político e social em Portugal, tendo-se produzido diagnósticos e análises, inclusive sobre as formas várias de sensibilização e mentalização, que convergiram no sentido de que se trata de um fenómeno radicado em factores profundos, particularmente de ordem cultural, económica, social e educacional.

Para além desta pluralidade e complexidade de causas, esta é uma questão susceptível de comportar formas de combate de natureza táctica no plano da sensibilização, particularmente no plano da acção coerciva e também no plano da acção integrada, de natureza tópica, isto é, no próprio terreno.

A situação que o Sr. Deputado refere como sendo aquela que o Governo encontrou é, antes do mais, uma situação mal conhecida. Houve, nos últimos anos, uma guerra de estimativas acerca da dimensão do fenómeno, tendo surgido números tão dispare como 30 000 ou 250 000 crianças a trabalhar.

Não vou entrar no debate dessas estimativas, carecidas totalmente de base científica credível, apenas vou dizer que os resultados da acção da Inspecção Geral do Trabalho, uma acção que tem sido particularmente focalizada no combate ao trabalho infantil, apontam ou sugerem que não existe uma tendência marcada na evolução da dimensão do fenómeno. Os resultados da acção inspectiva são, na verdade, resultados oscilantes que nem sequer têm uma proporção clara com a intensidade desta acção e que apenas permitem supor ou alimentar a percepção de que o fenómeno se mantém em proporção muito significativa e que estes números constituem apenas a ponta do iceberg.

Aquilo que o Governo, na sequência do seu compromisso programático, decidiu foi acentuar esta acção inspectiva e actuar ao nível da sensibilização e da acção local de forma integrada, interdepartamental, como resulta da criação do grupo de trabalho para este efeito.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Cristina Duarte.

A Sr.ª Paula Cristina Duarte (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, ficámos nós, Partido Socialista, muito contentes por este Governo reconhecer que existe trabalho infantil. É que o anterior governo não apontou soluções porque, em primeiro lugar, nem sequer admitiu que tal existia.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Existe e continua a existir — lavam carros, são pedreiros, pintam azulejos, vendem nas ruas e trabalham clandestinamente em casas de empresários. Do insucesso escolar ou da falta de meios económicos, passam ao trabalho mal pago e duplamente explorado. Todos são coniventes neste processo — há que reconhecer: o poder, a sociedade e a família.

A minha pergunta concreta é a seguinte: não seria urgente que o Governo encarregasse um grupo de especialistas que, rapidamente, fizesse um levantamento exaustivo apontando as causas e propondo, desde já, soluções?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Também para pedir um esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado José Calçada.

O Sr. José Calçada (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, vou colocar-lhe uma questão muito concreta, tendo embora a consciência perfeita de que esta matéria extravasa em muito aquilo que se refere ao seu Ministério ou à sua Secretaria de Estado.

É sabido existirem duas instituições particularmente vocacionadas, provavelmente não para a luta estrutural, como é óbvio, porque essa é outra questão, contra o trabalho infantil, mas para a luta conjuntural — pelo menos, não podem ser cegas à situação. Essas instituições são, por um lado, a ex-Inspecção Geral do Trabalho — chamo-lhe «ex» porque já não se chama assim — e, por outro, a Inspecção Geral de Educação. Já quando do governo anterior tive ocasião de fazer, nesta mesma Casa, uma proposta no sentido de potenciar e de cruzar a informação activa e não apenas passiva, por via dessas duas instituições, de forma a desencadear uma luta sem quartel (passe o chavão) porque tem de ser, de facto, sem quartel, em termos conjunturais, contra o trabalho infantil. Permito-me colocar à consideração do Sr. Secretário de Estado essa hipótese e perguntar ao Governo o que é que pensa fazer neste domínio potenciando aquilo que já existe actualmente.

O Sr. Presidente: — Ainda para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Filomena Bordalo.

A Sr.^a Filomena Bordalo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, não quero desmentir ninguém por palavras — os «desmentimentos» fazem-se por actos! E a pergunta que faço ao Sr. Secretário de Estado — possivelmente, não pode informar-me hoje, mas apelo à sua boa-vontade no sentido de o fazer tão breve quanto possível — é a seguinte: para quando a aprovação de um projecto que foi apresentado em Julho de 1995 pelo Centro Regional de Segurança Social do Norte, com o envolvimento de mais sete parceiros nacionais e de cinco parceiros comunitários, no eixo Youthstart, o projecto Horus, dedicado a sete concelhos da região norte, de combate ao trabalho infantil.

Para além de acções inspectivas, de acções de investigação, penso que o trabalho infantil requer acção.

O Sr. Presidente: — Ainda para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, em 1991, o PSD rejeitou aqui uma iniciativa legislativa do PCP sobre estas questões do trabalho infantil, que apontava no sentido defendido pelo meu camarada José Calçada. V. Ex.^a disse, na sua resposta, e eu anotei, que o trabalho infantil radicava em razões que referiu por esta ordem: de carácter cultural, económico e outras que não vêm ao caso, mas o que destaco é o facto de ter colocado primeiro as razões de carácter cultural. Este era também o discurso do PSD, que subvalorizava as questões de carácter económico.

O Sr. Deputado interpelante do PS disse algo que me parece muito importante: é que a realidade mostra que os adultos não têm emprego e as crianças trabalham. O que queria perguntar a V. Ex.^a é se, de facto, também o Governo do PS acha que as questões culturais estão em primeiro lugar. E, como não referiu, nesta questão do combate ao trabalho infantil, que medidas iriam ser tomadas no sentido de uma política de emprego que desse às famílias o trabalho dos adultos e desviasse as crianças desse trabalho, queria que V. Ex.^a esclarecesse qual a óptica do PS sobre estas questões e se para tal não é preciso também uma política de emprego para os adultos.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Trabalho.

O Sr. Secretário de Estado do Trabalho: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Cristina Duarte, no que diz respeito à possibilidade da criação de um grupo de especialistas para diagnosticar a situação e identificar as causas do fenómeno do trabalho infantil em Portugal, é preciso dizer que o diagnóstico está feito e refeito, que as causas, independentemente da sua ordem — e já vou falar disso —, são conhecidas, que desde um importante debate que se realizou em 1988, no âmbito do anterior Conselho Permanente de Concertação Social, passando por documentos internacionais vários, como um relatório do Conselho da Europa sobre o trabalho e a criança, como também um documento recente da OIT sobre trabalho infantil e ainda por um relatório sobre trabalho infantil realizado por um grupo de trabalho dinamizado pelo Instituto de Apoio à Criança, enfim, todos esses documentos convergem ou, de alguma forma, coincidem no diagnóstico, na enumeração, na indicação das causas que estão subjacentes ao fenómeno. O que está por fazer, afinal de contas, é resolvê-lo e a ultrapassagem deste fenómeno está intimamente ligada, como é evidente, ao desenvolvimento económico, social e cultural do País.

O trabalho infantil é uma doença, mas é uma doença que, segundo todos os diagnósticos, se reflecte no estado geral de debilidade que, nos planos económico, social e cultural, caracteriza a sociedade em que surge.

Esse grupo de especialistas seria, provavelmente, dispensável. Creio que do que necessitamos é de avançar para as formas de acção táctica e estratégica adequadas à ultrapassagem da questão.

Quanto à sugestão que o Sr. Deputado José Calçada fez de uma articulação adequada entre a Inspecção Geral do Trabalho e a Inspecção Regional de Educação, devo dizer que um dos critérios fundamentais que presidiram à constituição do grupo de trabalho recentemente criado por despacho conjunto de vários ministros, consiste na necessidade de articular a actuação não apenas da Inspecção Geral do Trabalho mas de outras instâncias e entidades com capacidade de intervenção sobre o problema do trabalho infantil, entre as quais, justamente, aquelas cuja competência diz respeito ao sistema educativo.

E têm-se a consciência de que o rastreio do fenómeno depende, fundamentalmente, da correcta identificação das situações de abandono escolar e do seu acompanhamento. Isso é perfeitamente claro. De resto, já hoje está legalmente estabelecida a obrigação, por parte das autoridades escolares, de transmitirem os casos de abandono escolar à Inspecção do Trabalho, o que parece ter tido, até agora, dificuldades operatórias intransponíveis, mas vamos tentar melhorar essa situação.

No que respeita ao projecto Horus, a que se referiu a Sr.^a Deputada Filomena Bordalo, posso apenas dizer que é uma questão que está em estudo e não tenho, neste momento, condições para adiantar quaisquer esclarecimentos.

Por fim, relativamente à ordem dos factores a que se referiu a Sr.^a Deputada Odete Santos, devo dizer que essa ordem me parece pouco importante. Para mim e para o Governo é muito claro que o fenómeno do trabalho infantil está estreitamente associado à pobreza, está estreitamente associado a carências que são, evidentemente, de ordem económica mas que são também de ordem cultural e social. Ou seja, quando há pouco referi o factor cultural em primeiro lugar, confesso que o fiz porque foi o que primeiro me ocorreu — foi por acaso também o primeiro referido num relatório apresentado ao Conselho Permanente de Concertação Social em 1988 e o factor económico foi o terceiro. Mas parece-me pouco importante isso.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Não é, não!

O Orador: — Uma coisa é a ordem por que as coisas se referem e outra coisa é a importância relativa dos factores. E sobre isso não tenho dúvidas, nem o Governo, de que os factores de ordem económica são hoje manifestamente os mais pesados e os de maior influência no trabalho infantil.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de passarmos à próxima pergunta, informo que o Sr. Deputado Joaquim Fernando Nogueira, do PSD, eleito pelo círculo eleitoral do Porto, apresenta, com data de hoje, ao abrigo do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados, a renúncia ao seu mandato. Este pedido baixa à 1.ª Comissão.

Para apresentar a sua pergunta, relativa ao acesso ao ensino superior, dirigida ao Sr. Ministro da Educação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, soubemos todos, através da comunicação social, das atribulações do novo sistema de acesso ao ensino superior que o Governo anunciou e que aprovou no princípio do mês de Abril. Em primeiro lugar, trata-se de uma questão que, ciclicamente, afecta todos os estudantes portugueses, todas as escolas do ensino secundário e as próprias instituições do ensino superior, gerando, invulgarmente, uma instabilidade que deveria ter recomendado, em particular a um governo que beneficia de todos os erros que já foram cometidos, desde há muitos anos a esta parte, quanto ao acesso ao ensino superior, alguma prudência, que não vimos. Alterar o sistema de acesso ao ensino superior a meio do ano, sendo que, nesta altura, ainda não temos sequer certeza de como é que esse acesso se irá verificar, é, de facto, estar a atear uma fogueira de instabilidade que pode vir a explodir e que não beneficiará o Governo mas, sobretudo, não beneficiará os estudantes portugueses.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O decreto que estabelece as novas normas, em primeiro lugar, parece criar uma desresponsabilização das instituições do ensino superior, na medida em que estas passam apenas a poder valer-se da avaliação do ensino secundário para estabelecer uma possível nota mínima, isto é, uma possível condição base de seleção para

as suas próprias instituições. Sendo essa desresponsabilização evidente, a minha primeira pergunta é a seguinte: considera o Governo que este é um sistema de acesso que vai ficar para durar e, neste caso, que as instituições do ensino superior ficarão alheadas da seleção dos seus candidatos, ou este é um sistema novo, a meio do ano escolar, que não passará de um sistema transitório e que visará, para futuro, criar novas condições para que as instituições do ensino superior venham também a ter um papel de seleção nos candidatos que vierem a apresentar-se?

Em segundo lugar, depois de o próprio Sr. Ministro ter feito alusão às vantagens da existência de uma nota mínima, verificámos através do decreto-lei que a sua existência dependerá estritamente da vontade das instituições do ensino superior, não apenas no que respeita à fixação do seu valor mas também no que tem a ver com a sua universalidade, na medida em que entre as diversas instituições pode perfeitamente acontecer queumas tenham uma nota mínima de acesso e outras não, que entre o ensino público e o ensino privado existam sistemas diferentes e, em particular, que a algumas semanas da realização para os exames nacionais os estudantes ainda não saibam se vai existir ou não uma nota mínima.

Para concluir, Sr. Ministro, faço-lhe uma segunda pergunta: o que é que o Governo fará se o Conselho de Reitores decidir, pura e simplesmente, que não haverá qualquer nota mínima? Considera que é possível que um sistema de acesso crie artificialmente regras aritméticas para deixar a possibilidade de as vagas que não fazem sentido serem preenchidas por quem não tem condições para aceder?

Applausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação (Marçal Grilo): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, vou ter de responder-lhe de uma forma muito sintética para que, no final, possa ir um pouco mais longe.

Passo a ler os princípios a que obedeceu esta alteração que se introduziu: «Os objectivos essenciais das modificações introduzidas foram seis: simplificar o processo, não alterar as regras em pleno curso do ano lectivo...» — e já lhe vou explicar porquê — «... credibilizar o ensino secundário, marcar o sentido terminal do décimo segundo ano no ciclo secundário, tomar medidas que estejam inseridas numa política que possa prosseguir nos próximos anos e, finalmente, co-responsabilizar os protagonistas.» Temos, pois, aqui três metas.

A sua primeira pergunta vai no sentido de saber se isto é um processo transitório ou definitivo. É claramente um processo transitório porque nós não quisemos alterar as regras no meio do jogo e porque para o poder fazer de uma forma mais profunda temos de alterar o n.º 2 do artigo 12.º da lei de bases. A meta fundamental que queremos atingir é a de marcar claramente a diferença entre o ensino secundário e o ensino superior e dar às instituições de ensino superior toda a responsabilidade pela seleção dos seus candidatos. Esta é a única forma de marcar a diferença entre o que é o ciclo terminal do secundário e o que é o ensino superior, o que não pode ser feito com a actual lei de bases. O n.º 2 do artigo 12.º da lei de bases determina que qualquer prova de capacidade tem de ter características nacionais. Ora, para dei-

xar de ter essa característica de «nacional» e passar a ser feita ou por grupos de cursos ou por grupos de instituições ou como as instituições se quiserem organizar temos de ultrapassar esse n.º 2 do artigo 12.º.

Queremos estabilizar o sistema em 1997/1998 e para isso gostaríamos de preparar um sistema que assentasse exactamente no seguinte: as instituições seriam inteiramente responsabilizadas pela selecção dos seus candidatos e, simultaneamente, articularíamos entre si os seguintes cinco factores: o aumento da oferta, a melhoria dos sistemas e dos esquemas de informação dos candidatos, o financiamento criterioso dos cursos, a racionalização da oferta e a gradual abolição dos *numerus clausus*. Na relação entre co-responsabilização das instituições e oferta temos de introduzir esta questão dos *numerus clausus*, que, como sabe, já se arrasta desde 1976/1977 e que introduz no processo uma grande confusão.

É desejável que a nota mínima exista, mas que apareça de uma forma gradual. Como sabe, ela foi abolida em 1989, em que deixou de haver qualquer espécie característica de selecção e passou a existir apenas uma selecção a partir da chamada PGA. A nota mínima aparece como um mecanismo que não resolve todos os problemas mas que pode melhorar o funcionamento do sistema, sobretudo dentro dos próprios cursos do ensino superior. Se as notas forem diferentes melhor, Sr. Deputado, porque o sistema não é todo igual, não é homogéneo e o facto de podermos ter cursos com uma nota mínima e outros com outra, ou seja, umas universidades com uma determinada nota mínima e outras com outra corresponde a um sistema muito simples e que é o utilizado pelos ingleses e que faz com que as escolas na prática se apresentem com uma verdadeira menção, que é diferente de umas para as outras.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, peço desculpa mas creio que não entendi bem a sua resposta. Provavelmente o pouco tempo que teve não lhe permitiu ser mais expositivo, mas ainda vamos ter oportunidade de o ouvir.

Aquilo que V. Ex.^a acabou de dizer corresponde exactamente às dúvidas fundadas que aqui enunciiei. Este sistema é transitório, mas V. Ex.^a não conseguiu explicar-me por que é que não altera substancialmente as condições de candidatura e de acesso ao ensino superior que vigoravam até este ano. Há mudanças que podem ser de monta, a menos que o decreto-lei seja desprezado por todas as instituições do ensino superior.

O Sr. Ministro refere-se provavelmente ao facto de a percentagem que cabe à ponderação do ensino secundário manter-se na fórmula de acesso, o que não mudou. A verdade é que ao criar uma nota mínima muda tudo no acesso ao ensino superior, a menos que as instituições não respeitem o decreto-lei e digam: «Nós não vamos fixar qualquer nota mínima este ano para o acesso ao ensino superior.»

Por outro lado, o Sr. Ministro diz que a partir de 1997/1998 (portanto, presume-se que após a alteração da lei de bases) o Governo decretará um novo sistema de acesso, em que separará as águas entre aquilo que é a função e o objectivo do ensino secundário e aquilo que é o acesso ao ensino superior. Sr. Ministro, este ano vão realizar-se pela primeira vez os exames nacionais do 12.º ano, não havendo qualquer experiência nessa matéria. Por que razão, então, é que num regime que é transitório se faculta

às universidades públicas ou privadas a fixação de uma nota mínima em provas, em exames nacionais que nunca se realizaram e que, de resto, não sabemos se terão ou não essa ponderação quando os estudantes os vierem a realizar proximamente?

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Darei os parabéns ao Governo quando conseguir acabar com os *numerus clausus* e fazer um acesso ao ensino superior estrategicamente importante para o país. Desta feita não o posso felicitar, na medida em que, a meio do ano, não fixa com clareza as regras em que os estudantes vão aceder ao ensino superior.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Também para colocar uma questão ao Sr. Ministro da Educação, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Castanheira.

O Sr. Ricardo Castanheira (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de saudar o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho pelo facto de, depois de algumas lutas intestinas no PSD, voltar a vestir a capa de jovem para vir aqui debater questões educativas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esta questão do acesso ao ensino superior é uma questão charneira na ligação do ensino secundário com o ensino superior. Julgo que o PSD está a cometer o mesmo erro estratégico de que acusava o movimento estudantil, que tinha apenas em conta a luta das propinas perfeitamente descontextualizada de toda uma série de questões. O PSD está a incorrer exactamente no mesmo erro, o que ainda é mais grave porque este Governo está claramente empenhado em devolver às escolas um clima de confiança para que os estudantes possam estar claramente calmos e adaptados à nova realidade que o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho referiu na feitura dos exames. Julgo, pois, que é uma irresponsabilidade política do PSD estar a fazer disto uma questão relevante.

Tendo em conta que há uma série de medidas — e é esta pergunta que dirijo ao Sr. Ministro — que foram adoptadas e que há mentes menos clarificadas a este respeito, gostava que V. Ex.^a dissesse o que é que pretendeu fazer com os exames-tipo, com a fiscalização e inspecção, com a constituição de júris, com a linha aberta, etc.. Estas são ou não medidas que garantem a equidade necessária à feitura deste tipo de exames e um clima de confiança para a aprovação de um novo regime?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan.

O Sr. Sílvio Rui Cervan (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a consideração e estima que tenho por si advém do facto de saber que V. Ex.^a é uma pessoa ímpar no conhecimento dos problemas da educação.

Tal como o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, eu próprio, com outra legitimidade, fico preocupado com o facto de sistematicamente ser confrontado com novidades desagradáveis nos jornais. No sábado passado fui confrontado, quer no *Público* quer no *Expresso*, com a notícia de o Sr. Ministro querer «passar a pente fino o ensino

superior privado». Deixe-me que lhe diga que podia fazer tudo bem, mas parece-me que vai fazer tudo mal. Por que não disse que ia fiscalizar todo o ensino superior? Então e o ensino superior público? E a fiscalização do público e do privado? Para o Sr. Ministro há dois tipos de ensino, o público e o privado; para mim há dois tipos de ensino, o bom e o mau, ou seja, há bom público e mau público, há bom ensino privado e mau ensino privado. Vamos acabar com todo o ensino mau para que possamos ajudar todo o ensino bom.

Em relação à questão do acesso ao ensino superior, o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho tem razão em muito daquilo que disse, mas falta-lhe alguma legitimidade.

Termino citando o poeta: «Depois da procelosa tempestade, nocturna sombra e sibilante vento, esperemos que traga a manhã serena claridade, esperança de porto e salvamento.»

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Calçada.

O Sr. José Calçada (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, vou colocar as questões de uma forma muito directa, na medida em que apenas disponho de 1 minuto.

Em primeiro lugar, quero dizer ao Sr. Ministro que as questões do acesso ao ensino superior são muito mais do que — e peço desculpa por esta frase à *La Palisse* — as questões do acesso ao ensino superior. Não deixa de ser preocupante que questões desta natureza, que não envolvem apenas o processo técnico de acesso mas também questões a jusante e a montante de igual gravidade, tenham sido tratadas, no que se refere às questões do financiamento, com um secretismo incompreensível na recente reunião de Caparide, onde, estranhamente ou não — e era sobre isso que gostava de ouvir um comentário do Sr. Ministro —, não estiveram presentes alguns dos principais interessados (isto para não dizer de todos). Aliás, aproveito esta ocasião para comunicar à Câmara que o meu grupo parlamentar vai pedir a ratificação, nesta Casa, do normativo legal relativo ao acesso ao ensino superior.

Nessa reunião de Caparide, e como secreta que foi não temos boa informação sobre ela, pelos vistos acabou apenas por ser discutido o valor das propinas.

Por outro lado, qual é o papel da Inspecção Geral de Educação na questão dos exames nacionais do 12.º ano? Foi aqui dito que o Governo tinha conseguido instalar um clima de confiança. É evidente que a Inspecção Geral de Educação deve exercer as suas competências, mas não é menos evidente que mobilizar esta Inspecção para o controle dos exames do 12.º ano levanta alguns problemas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, estamos no início de Maio e aquilo que não pode deixar de preocupar a todos, inclusivamente a V. Ex.^a, é a circunstância de os estudantes e as escolas ainda não terem percebido bem qual é o sistema de acesso. Há uma grande confusão, embora tenhamos de reconhecer que o Governo deu para isso uma ajuda com este diploma da nota mínima que já foi aqui bastante discutido mas não esclarecido.

Este diploma da nota mínima deu, de facto, origem a uma grande confusão: não se sabe se ele é ou não para valer, se o Conselho de Reitores vai ou não aprovar, mas

as indicações que vêm a público vão no sentido de que ela vai ser uma nota flutuante, ou seja, na sua própria aplicação vai desmontar-se a necessidade da sua existência.

A pergunta que quero fazer-lhe tem a ver com a circunstância de, com a extinção das provas específicas, haver um depósito de confiança nos exames feitos no ensino secundário. A questão, Sr. Ministro, é a de saber qual é o sistema que o Governo vai adoptar para garantir uma fiabilidade na fiscalização e na correcção dessas avaliações. Já percebemos que há um ónus de suspeição relativamente às escolas profissionais, uma vez que os seus alunos vão ter de fazer os seus exames na escolas públicas mas não se percebe quais são os mecanismos que o Governo vai adoptar, quer no que diz respeito às restantes escolas públicas quer no que diz respeito às escolas do ensino particular e cooperativo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Luisa Mesquita.

A Sr.^a Luisa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, começo por felicitá-lo por uma informação que deu e que me parece extremamente importante. É que, de facto, o sistema não foi alterado, foi continuado e, portanto, as questões que tinha que colocar hoje são extremamente objectivas, prendem-se com a realidade e a confusão que efectivamente reina nas escolas. Estamos em Maio e as condições de acesso ao ensino superior continuam a constituir matéria de permanente preocupação, quer para os alunos, que são constantes vítimas das desigualdades existentes, como o Sr. Ministro sabe, quer para os professores que estão continuamente confrontados com o antagonismo e o irrerealismo das medidas ministeriais e as dificuldades que encontram nas escolas, como, por exemplo, programas extensos reconhecidos por toda a comunidade educativa que não podem ser cumpridos apesar de uma circular que impõe o seu cumprimento doa a quem doer, escolas superlotadas e ainda com a confusão generalizada pela simultaneidade de avaliações diversificadas, plurais e até antagónicas — refiro-me concretamente às provas globais e aos exames nacionais —, quer ainda para os pais que não vislumbram a mínima esperança de verem concretizadas as expectativas e o empenhamento que os filhos vão mantendo ao longo do processo.

E como se não bastasse esta listagem de desigualdades herdadas do anterior Governo, os professores estão confrontados agora com questões muito concretas que este Governo e este Ministério não resolveram.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que termine, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Vou acabar, com as questões concretas, Sr. Presidente.

Os exames foram implementados mas ignoraram-se de imediato as dificuldades. Neste momento o número de exames a realizar é variável.

O Sr. Presidente: — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Temos alunos a realizar cinco exames e outros a realizar seis; temos alunos avaliados com matérias do 10.º ano, do 11.º ano e outros avaliados com matérias exclusivamente do 12.º ano. Temos ainda alunos que fazem um exame por dia e alunos que fazem dois exames seguidos com intervalo de 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem que terminar, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — A listagem das desigualdades não está terminada, está efectivamente alargada, dilatada, e o sistema é o mesmo, é a continuidade do anterior.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada. Gastou 2 minutos.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a minha questão tem a ver não com uma situação que é caracterizadora do passado — sobre essa penso que estamos arrumados — mas com aquilo que é suposto, desejável e nosso direito saber relativamente ao novo Governo, seis meses passados, ou seja com o que de novo se coloca ou não nas escolas. Em nosso entendimento, as escolas continuam a ser, na perspectiva dos alunos, dos professores e dos pais laboratórios de experiência.

A questão que lhe coloco é a seguinte: Como é que pode conciliar ou defender que o Governo do Partido Socialista queira acessibilizar a mais jovens o acesso ao ensino superior, como é que pode dizer querer um ensino de qualidade e fiscalizar a qualidade desse ensino começando por uma ponta — pode ser o ensino superior privado —, como é que pode falar disto tudo e simultaneamente falar de exames nacionais que em nossa opinião são seguramente, pelo peso que têm em relação à avaliação contínua, um factor negativo e de não garantia de acesso a jovens que quereriam entrar no ensino superior...

O Sr. Presidente: — Já passou 1 minuto, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — ... e que no todo nacional estão em condições de desigualdade para terem um direito que é seu?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, relativamente a esta questão do acesso ao ensino superior, é com estranheza que vemos, depois de tanta informação e de tantas tomadas de decisão em relação ao regime de acesso, que quase sempre está alheio do discurso do Ministério da Educação, que a questão fundamental que se põe quando se fala de acesso ao ensino superior é a do *numerus clausus*. Esta questão, julgo, terá uma certa relevância e uma certa ligação com o regime de acesso que foi e está a ser implementado. Não será este regime de acesso um meio para diminuir administrativamente o número dos alunos que ficarão de fora da universidade criando barreiras para que nem sequer cheguem a esse patamar e nem sequer sejam contabilizados para tal?

Como pensa o Sr. Ministro encarar seriamente o problema do acesso ao ensino superior sem abordar desde já, e não com um gradualismo pouco satisfatório, o problema do *numerus clausus* e o problema da generalização da frequência do ensino superior para todos aqueles que têm capacidade e pretendem frequentá-lo?

O Sr. Presidente: — Já passou 1 minuto, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Devo dizer-lhe também, Sr. Ministro que o clima nas escolas não é de confiança em relação ao regime de acesso mas, diria mesmo, de grande perturbação e de pânico

pela falta de informação e pela confusão que se regista nesta matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação para responder, dispondo de 9 minutos.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Passos Coelho, peço muita desculpa mas não posso estar de acordo consigo pois não há alteração nenhuma de monta. Aliás, as alterações introduzidas têm a ver com o termos ou não alterado o plano de estudo dos estudantes. Isso é que é relevante e não a nota mínima. E nem sequer seria particularmente relevante a fórmula e os pesos que têm cada uma das notas. O que é importante é que o plano de estudos dos estudantes não seja alterado. Isso é que não poderia ser alterado porque introduziria no sistema uma enorme confusão.

Peço desculpa, mas acho que há mais confusão aqui do que nas escolas relativamente a esta matéria.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Isso é optimismo!

O Orador: — O Sr. Deputado, quando olha para a nota mínima... Vou-lhe contar a história da nota mínima: os senhores, quando estiveram no Governo, tiraram a nota mínima, e tiraram-na com custos enormes para o ensino superior, mas nunca conseguiram voltar a introduzi-la. O Conselho Nacional de Educação fez dois pareceres sobre isso, mas os senhores nunca o quiseram aceitar isso. Ora, tal isso introduziu uma perturbação no funcionamento das escolas, e por uma razão simples: é que ao separar o secundário do superior e ao dizer que qualquer estudante do ensino secundário pode concorrer a qualquer curso de ensino superior, tem de se exigir uma nota mínima porque se tem de seleccionar os estudantes. Como tem um sistema de vagas, desde que haja vagas e o estudante faça o exame, desde que assine, tem zero... Há casos de estudantes que leram os jornais durante as provas porque sabiam que tinham vagas e não precisavam de ter qualquer espécie de nota. Isto é indigno de qualquer sistema e é contra isto que o Governo e eu nos batemos.

Portanto, a existência da nota mínima pressupõe um salto qualitativo enorme entre o ano passado e este. Mesmo utilizando aquilo que poderá ser a regra a adoptar, quer pelo ensino superior politécnico público, quer pelo ensino universitário público, que será a obtenção duma nota mínima (como dizia o Sr. Deputado Carlos Coelho) que é flutuante, mesmo nessa circunstância, o sistema é muito melhor que o do ano passado porque tem um salto no sentido do que é correcto, dado que deixa de fora os estudantes que não devem frequentar, em vez de se introduzir um sistema de prescrições para os que andam um, dois, três, quatro, cinco anos reprovando nos cursos de ensino superior e que custam ao Estado aquilo que é o custo *per capita* desse mesmo estudante.

Temos que ter a noção de que se melhora o sistema dentro das próprias instituições condicionando o acesso. O acesso tem de ser condicionado! Não podemos ter uma regra de quantidade, quantidade, quantidade, quando o que é para nós mais relevante é termos um sistema que funcione e forme pessoas bem formadas, pessoas que tenham uma formação de base que seja a que necessitamos.

Portanto, não posso de forma alguma estar de acordo consigo quando diz que houve uma alteração. Não houve alteração nenhuma do plano de estudos de qualquer estudante, e esse é que é o aspecto relevante. Se têm ou não

nota mínima... Não me diga que os estudantes estudam por terem ou não uma barreira!? Então se tiverem uma barreira, estudam, se não tiverem uma barreira não estudam?! Nunca fiz uma alteração do plano de estudos, de modo que não penso que colha essa argumentação.

As medidas da linha aberta da inspecção do sistema que montámos para controle dos exames parecem-nos a forma mais correcta de credibilizar o ensino secundário, que tem que ser fortemente credibilizado. O nosso ensino secundário, historicamente, foi sempre um ensino ambíguo. Nós nunca soubemos bem para que servia o ensino secundário. Sempre soubemos para que servia o ensino primário, sempre soubemos para que servia o ensino universitário, nunca soubemos para que servia o ensino secundário. Temos, pois, de dar uma grande dignidade ao ensino secundário.

O aparecimento dos exames finais é uma forma de dignificar o ensino secundário. Queremos que estes exames sejam estruturantes do sistema que estamos a montar e para o qual temos tido uma atenção enorme.

O Sr. Deputado Sílvio Rui Cervan colocou uma questão que tem que dirimir com o Público, com o Expresso e não comigo porque eu nunca disse que tinha o ensino superior privado debaixo de mira. O ensino superior privado é para mim tão importante como o ensino superior público — digo-o há muitos, muitos anos. A questão que se põe é outra: é que se o ensino superior privado é notícia nos jornais, as medidas que tomamos relativamente ao ensino superior público não o são. O que queremos é um ensino superior privado credível e consolidado, mas o sistema entrou em roda livre nos últimos anos, e, como entrou em roda livre, encontrámos no Ministério 55 dossiers — a Sr.^a ex-ministra, Dr.^a Manuela Ferreira Leite, sabe bem da complexidade do processo — pelo que é necessário introduzir alguma racionalização no processo. E o que fiz na semana passada foi um despacho orientador para que os 48 pedidos que neste momento tenho em carteira e que se arrastam nalguns casos desde 1981 possam ser apreciados com um mínimo de dignidade e com um objectivo único: fazer do ensino superior privado um ensino credível e consolidado para que os portugueses saibam o que estão a frequentar.

Em relação à pergunta do Sr. Deputado José Calçada diria o seguinte: não houve nenhuma reunião secreta de financiamento em Caparide, houve uma reunião do meu gabinete com um grupo de pessoas que convidei — tenho o direito de ter reuniões com o meu gabinete.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E a razão pela qual fiz essa reunião é porque nomeei um grupo de trabalho para fazer uma determinada reflexão sobre um conjunto de temas, tendo-me sido entregue um relatório. E eu quis ouvir um determinado número de pessoas sobre ele. Portanto, a reunião não tem nada de secreto; é uma reunião do meu gabinete, como são todas as reuniões do meu gabinete, que são todas secretas.

A Inspecção, como sabe, é um órgão chave, pelas próprias funções que tem, que tem de ser fortemente credibilizado. Não vale a pena estarmos a dizer que a Inspecção funciona mal ou funciona bem; temos de a fazer funcionar de uma forma continuada porque é um mecanismo de *feedback* absolutamente indispensável e vai ter um papel chave no controle dos exames do 12.º ano, e fá-lo à relativamente ao público e ao privado.

Sr. Deputado, a questão das escolas profissionais não é uma questão de desconfiança, é que os exames que se vão fazer são do ensino secundário. E o que nós queremos é que este exame se transforme numa espécie de Abitur pois seria muito importante que dignificássemos o exame final do 12.º ano.

O exame final do 12.º ano não foi decidido por nós — estou completamente de acordo com ele, disse-o em 1993, quando foi criado —, mas temos que o dignificar. Não podemos ser contraditórios, ou seja, não podemos dizer que queremos o exame final e depois querermos fazer uma grande valorização das notas do ensino secundário em termos de avaliação contínua. Estamos a procurar atingir os padrões europeus. Como sabe, na Europa, a maior parte dos países atribui ao exame final, digamos, o factor definitivo, decisivo. Portanto, temos que credibilizar o exame, mas não temos nada contra o ensino privado e por isso não faço como a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite que disse que no ensino secundário se tinham notas de 20 ou 18.

O ensino privado é tão importante como o outro e nós somos ministros do público e do privado; não há portugueses de primeira e portugueses de segunda, em que os de primeira estão no público e os de segunda estão no privado.

Sr.^a Deputada Luísa Mesquita, o sistema não foi alterado, nem devia ser, pois não se alteram regras a meio do ano. E não se alteraram porque os estudantes não podem estar à mercê das medidas dos governantes e quando entram para um ano lectivo têm de ter as regras claras até ao fim. Por isso, não fizemos nenhuma alteração que introduzisse uma modificação dos planos de estudo dos estudantes que, aliás, nos parece ser um valor a salvaguardar.

O número de exames a realizar é variável porque os exames que os estudantes estão a fazer no 12.º ano não são provas específicas, não são exames de acesso, são os exames que credibilizam o próprio 12.º ano...

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, terminou o seu tempo.

O Orador: — ..., não são laboratórios de experiência, Sr.^a Deputada.

Mas, se me permite, os exames finais vieram para ficar pois são a única forma que temos de conseguir um sistema digno e de o aproximar do sistema europeu. Os numerus clausus terão de ser extintos no tempo.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito regimental de defesa da consideração da bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.a Deputada.

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Educação, apenas um reparo a uma frase em que me citou para dizer-lhe que tenho tanta consideração pelo ensino privado como, com certeza, o Sr. Ministro. Aquilo que afirmei — e continuo a afirmar — é que, para a dignificação desse ensino, não pode continuar a haver instituições do ensino privado que quase vudem notas para constituírem certas médias aos alunos. Portanto, Sr. Ministro, não faço qualquer generalização mas não deixo de dizer que o rei vai nu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, por tempo não superior a 3 minutos, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação.

O Sr. Ministro da Educação: — Sr. Presidente, Sr.a Deputada Manuela Ferreira Leite, para dignificarmos o ensino privado não o podemos pôr sob mira.

Acontece que o ensino privado está sob a tutela do Ministério da Educação, e se há casos em que a falta de confiança se verifica a inspecção actua. Se há instituições que vendem as notas ou em que se resolvem os exames no quadro, a inspecção tem de actuar e, como temos responsabilidades — penso que a Câmara estará de acordo com isso —, não podemos permitir que existam sistemas de primeira e de segunda nem sob suspeição. Temos de ter sistemas em que o Estado dispõe de mecanismos próprios para que, quando a instituição pisa o risco, a inspecção actue, retirando-se, nessa altura, o paralelismo pedagógico ou, pura e simplesmente, denunciando-a perante as outras além de que, se me permite, as associações das instituições privadas, têm de ser co-responsabilizadas nessa questão. No outro dia, numa reunião com a associação do ensino privado, disse que havia uma cumplicidade benéfica entre nós no sentido de saber se é desejável ou não que estes exames corram bem e que cada instituição seja responsabilizada pelo trabalho que tem. Ora, penso que estará de acordo com esta forma de actuar.

O Sr. Presidente: — Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, para formular a pergunta ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, referente à notícia da possível suspensão do programa de troca de seringas nas farmácias, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Roque Cunha.

O Sr. Jorge Roque Cunha (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, a questão que pretendemos formular está relacionada com dúvidas lançadas sobre a continuidade do programa de troca de seringas nas farmácias iniciado há dois anos.

A fiscalização que a Assembleia deve fazer à actuação do Governo exige respostas claras e, como sabemos, uma dúvida lançada e não respondida cria ansiedade na opinião pública. A pertinência desta ideia é reforçada dada a circunstância de as doenças infecto-contagiosas de cura desconhecida, como Ébola ou Creutzfeld-Jakob, desencadearem muito facilmente o pânico.

É com verdadeiro espírito pedagógico que elaboramos, pois, esta pergunta. Nas actividades de prevenção da SIDA, o programa de recolha de seringas tem sido considerado útil na defesa da saúde pública quer pelos profissionais quer pelas organizações não governamentais que mais de perto seguem e acompanham este problema. A colaboração entre o Ministério da Saúde, a Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA, a comunicação social e as farmácias teve início em Outubro de 1993. Em 1994, foram recolhidos dois milhões de seringas e distribuído igual número de caixas contendo uma seringa, um preservativo, um toalhete desinfectante e material informativo. No ano de 1995, foram recolhidas 180 000 seringas por mês, cerca de 2,5 milhões por ano, número que é tanto mais aterrador quanto sabemos que há muitos toxicodependentes que não recorrem a esses serviços.

O volume financeiro desta operação representou, em 1995, cerca de 180 000 contos por ano, verba onde estão incluídos os custos da embalagem, as despesas de transporte e de incineração. Se se suspender o programa, mesmo por um curto espaço de tempo, corre-se o sério risco de quebrar uma relação de confiança criada entre as farmácias e os toxicodependentes e retrocede-se na tentativa de sustar a prática de partilha de seringas que, como

todos sabemos, é fonte de contágio. Temos noção de que a prevenção não pode esgotar-se neste programa mas também sabemos que, para muitos toxicodependentes, este é o acto de maior proximidade com o sistema de saúde.

Em 1995, dos 549 casos diagnosticados, 279 eram de toxicodependentes representando cerca de um terço da totalidade dos diagnósticos feitos em Portugal. Na discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 1996, o PSD chamou a atenção para a diminuição das verbas inscritas previstas para a prevenção da SIDA. Assim, gostaríamo de ser esclarecidos sobre o que pensa fazer o Ministério da Saúde em relação a este programa; esperemos que seja mantido e não sejam invocados aspectos administrativos para se criarem medidas sobre a sua continuação.

A defesa da saúde pública deverá ser a preocupação fundamental e os interesses do Estado defendidos. Espero sinceramente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, que me responda não com a necessidade de nomear mais uma comissão para saber o que vai fazer, mas esclarecendo-me sobre a avaliação que faz deste programa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, por tempo não superior a 3 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Saúde.

O Sr. Secretário de Estado da Saúde (Arcos dos Reis): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Roque Cunha, o Ministério da Saúde faz deste programa uma avaliação claramente positiva.

Como já foi referido pelo Sr. Deputado, o programa teve início em Setembro de 1993 e, de então para cá, não tem sido minimamente decontinuado, pese embora algumas atribulações de tipo administrativo que o têm acompanhado. Essa avaliação positiva que o Ministério faz é corroborada também por alguns dos agentes que mais intimamente lhe estão associados e nele participam.

O inquérito recente lançado a nível dos farmacêuticos que nele colaboraram revela que 83% desses responsáveis o consideram de grande interesse público e que 73% dos mesmos considera ter implicações directas na diminuição do risco de transmissão do HIV. Logo, o Ministério da Saúde está objectivamente empenhado em dar-lhe continuidade.

Fazendo o ponto da situação, devo anunciar que foram abertos dois concursos no sentido de dar continuidade ao programa. Um deles, em fase de conclusão, está relacionado com a aquisição dos kits, pelo que as propostas deverão estar devidamente avaliadas ficando tudo decidido até final do mês de Maio por forma a que, a partir de Junho e até ao final do ano, contratualmente, o sector da aquisição de kits fique devidamente regulamentado. O outro, destinado aos serviços de distribuição, recolha, incineração das, seringas usadas, à gestão do posto móvel do Casal Ventoso e ao apoio logístico no que se relaciona com o registo de dados e seu tratamento estatístico, ficou deserto.

Relativamente a esta segunda parte do projecto, vamos fazer contactos parcelares com as entidades que, até aqui, têm estado envolvidas no projecto, ou outras, por forma a, pontual e parcialmente, darmos também continuidade às acções em causa.

Em termos muito gerais, era o que queria dizer. Acrescento ainda, se me é permitido, mais alguns dados estatísticos. Até final de Fevereiro e desde o início do programa, foram recolhidos e trocados seis milhões de seringas, número que dá uma amostra elucidativa do dra-

ma nacional que é hoje o problema da toxicodependência. Isto corresponde a cerca de 200 000 por mês apenas no Casal Ventoso, onde a média tem sido de cerca de 40 000, sendo que, no último mês, agravou-se para cerca de 47 000. Estamos, portanto, perante uma situação de efectiva gravidade relativamente à qual o Ministério da Saúde não pode nem vai, com certeza, alhear-se.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, por tempo não superior a 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Roque Cunha.

O Sr. Jorge Roque Cunha (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, congratulo-me com esta convergência até porque a atitude pedagógica que o PSD está a tentar ter em relação a este problema, que não deve ser encarado como arma de arremesso político-partidário, é verdadeiramente essencial e genuína.

A questão que vou colocar tem também a ver com uma das consequências visíveis da SIDA no que diz respeito ao programa da tuberculose relacionado com os seropositivos que, entretanto, recolhem a doença. Sr. Secretário de Estado, gostava de saber se, em relação a este programa, poderia ser inclusa no material dado a todas as pessoas que fazem a troca de seringas informação mais aprofundada em relação à tuberculose porque, como sabe, a criação de estíries resistentes um pouco por todo o mundo e a diminuição da investigação científica nesta área merece da parte de todos uma particular atenção.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, por tempo não superior a 1 minuto, tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, como penso que uma questão não ficou totalmente esclarecida, gostava de saber se, em relação à pergunta feita pelo Sr. Deputado Jorge Roque Cunha, verificou-se ou não alguma interrupção efectiva no fornecimento e troca de seringas. Ou seja, se um toxicodependente for a uma farmácia em Lisboa, no Porto ou em qualquer outro ponto do país, consegue trocar as seringas ou tem de esperar? O que é que se passa com as questões levantadas, que seria bom esclarecer aqui, tendo em conta que a tendência, infelizmente, será para o reforço das verbas afectas a este programa? É que, como o Sr. Secretário de Estado acabou de dizer, o número de seringas distribuídas tem vindo a subir progressivamente desde 1993 e estamos à espera de saber quando estabilizará.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Vasconcelos.

O Sr. Bernardino Vasconcelos (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, é conhecida a resistência havida, no início deste programa, por parte das farmácias mas é um facto que, ao fim destes anos, o mesmo constitui um sucesso por ter atingido os objectivos de impedir, num grupo de risco, a propagação do HIV, o que tem sido feito com alguma segurança e eficácia,

Neste contexto de impedir a propagação do vírus da SIDA neste grupo de risco, perguntava-lhe se, para além da anuência das farmácias quanto ao seu prosseguimento, foram também sensibilizadas para o completarem mediante acções de educação ou até de orientação destes

mesmos indivíduos para situações de tratamento, uma vez que têm o privilégio do contacto ocasional.

Gostava ainda de saber, Sr. Secretário de Estado, qual é o encargo financeiro deste programa para o Estado e, uma vez que falámos da prevenção da transmissão do HIV, que associa à SIDA, qual a previsão da dotação financeira do programa relacionado com a SIDA para este ano. Ou seja, pretendo saber se essa previsão está a ser cumprida ou se entende haver a necessidade do seu reforço, uma vez que constitui praticamente um terço do que foi realizado em 1995.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Martins.

O Sr. Francisco Martins (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Saúde, permita-me que aproveite a sua presença aqui para lhe colocar uma questão que, não estando objectivamente ligada à pergunta inicial, é também importante neste âmbito.

É sabido que a Comissão Parlamentar de Saúde constituiu uma comissão de acompanhamento do estudo das urgências em Portugal, a qual integro, em representação do Partido Social-Democrata. Por isso mesmo, há cerca de um mês, apresentei um requerimento nesta Câmara, solicitando informações e esclarecimentos ao Ministério da Saúde sobre esta matéria. É sabido também, de resto — a comunicação social hoje mesmo faz eco disso —, que a Sr.ª Ministra da Saúde está já habilitada com o relatório da Comissão Nacional de Urgências...

O Sr. Presidente: — Terminou o tempo de que dispõe, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, concluo, formulando esta pergunta: Sr. Secretário de Estado, se puder e souber responder-me, esse requerimento vai obter resposta? Se não, permita-me um apelo no sentido de que essa resposta seja dada em razão da natureza da matéria, que é importante e por isso mesmo a exige.

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado, para responder, quero pedir desculpa ao Sr. Deputado, porque parece ter havido uma falha nos serviços técnicos, guiei-me pelo painel electrónico, que de vez em quando nos engana. Lamento muito, mas, se calhar, acabou por completar o seu pensamento.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Saúde. Se puder não usar os 10 minutos que lhe são atribuídos, ficar-lhe-ei imensamente grato.

O Sr. Secretário de Estado da Saúde: — Obrigado, Sr. Presidente, vou tentar ser o mais conciso possível.

Sr. Deputado Jorge Roque da Cunha, a sua sugestão é positiva. Vamos entrar em contacto com a Comissão Nacional de Luta contra a Sida, para ver sob que forma ou se até esta ideia já está contida na preparação do material informativo a distribuir brevemente. Como é sabido, a tuberculose anda, infelizmente, muito ligada a este tipo de situações e esta preocupação já existia a nível da comissão encarregue de liderar este projecto, que dela me deu conhecimento em reuniões de trabalho que tivemos.

De qualquer maneira, vamos voltar a falar sobre este assunto, de forma a que fique devidamente acautelado este aspecto gravoso que a situação comporta.

Sr. Deputado José Niza, o que lhe posso dizer sobre a questão que me colocou é que, globalmente, não houve qualquer interrupção do programa. O que não impede que, pontualmente, uma ou outra farmácia possa, em determinada altura, não ter, os kit necessários para se proceder às respectivas trocas.

Como sabe, trata-se de um sistema alargado, que se serve da colaboração de grande parte das 2500 farmácias existentes, apoiado por um sistema de distribuição de grossistas. Tudo isto é relativamente complexo e não admira que, pontualmente, possa ter havido ruptura. Mas são apenas questões de logística, processuais ou operacionais, que nada têm a ver com qualquer intenção de dar menos força e menos empenho ao programa.

Sr. Deputado Bernardino Vasconcelos, com certeza que nas intervenções que os responsáveis das farmácias fazem junto dos utilizadores destas acções de troca, tem havido — sei-o através do relatório que entretanto recebi — e vai continuar a haver intenção de incluir aí alguma acção pedagógica, aproveitando este momento de contacto. Alguns dos responsáveis intervenientes no projecto comunicaram-nos essa intenção e é nossa vontade que este princípio possa ser aceite por toda a gente que participa nesta acção de troca.

Quanto aos encargos financeiros com este projecto, concretamente, toda a acção levada a cabo este ano deve ficar entre 180 a 190 000 contos. O que quer dizer que vamos fazer um concurso para adquirir cerca de três milhões de kit. Este número pode sofrer um desvio para mais ou para menos, consoante a evolução do consumo, mas o concurso terá como objectivo adquirir cerca de três milhões de kit, o que corresponde praticamente a metade de tudo o que foi consumido desde Setembro de 1993 até Fevereiro deste ano. Infelizmente, não se nota decrescimento no acesso a este tipo de trocas e a nossa previsão de consumo é, como disse, no número que referi, o que implica, com o orçamento dos serviços adicionais, um orçamento global que, penso, não excederá os 200 000 contos/ano.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Francisco Martins, devo dizer-lhe que existe já um relatório, provisório ainda, mas bastante adjacente e consistente, sobre a questão das urgências hospitalares a nível do País.

Esse relatório está em fase de apreciação final e de análise crítica, tendo sido submetido a outros técnicos envolvidos no assunto. Se foi feito um requerimento no sentido de obter informações, com certeza que será respondido pelo Ministério.

O Sr. Presidente: — Para, em nome do CDS-PP, formular a pergunta sobre quais as medidas que o Governo já adoptou no domínio da prevenção e combate aos incêndios florestais para 1996, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Neto, por três minutos.

O Sr. Carlos Neto (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: É hoje inquestionável a vocação florestal do País. A floresta é um sector estratégico da economia nacional e deve ser tratada como tal, ao nível do emprego que gera, das exportações que induz e do desenvolvimento local que potencia.

A superfície ocupada por tal exploração representa 37% do território nacional, algo como 3,3 milhões de ha, sendo até aconselhável a sua duplicação. Temos, no entanto, caminhado no sentido inverso. A área ocupada pela floresta diminui 40 000 ha/ano, em consequência, fundamen-

talmente, dos incêndios que ciclicamente assolam as nossas matas.

A floresta portuguesa vive uma situação de estado de emergência. A este ritmo de fogos, perderemos em 10 anos 2,5 milhões de contos do PIB e desaparecerão mais de 6000 postos de trabalho directos. Desta forma, a floresta e todo o sector nacional da madeira poderão entrar a curto prazo em ruptura absoluta.

Não nos venham dizer que a actual dimensão do fenómeno é uma inevitabilidade, porque, no passado, não o foi.

O País tem, claramente, a taxa mais elevada de fogos florestais da Europa mediterrânica e este facto não pode ser imputado às condições meteorológicas ou ao tipo de arborização existente.

É preciso salvar a floresta. Para tal é necessário uma política florestal que não existe, é fundamental apostar na prevenção aos incêndios que não é feita e é importante apoiar o combate aos fogos.

A opinião pública terá de ser conquistada para esta causa. A revitalização do corpo de guardas florestais, ou algo análogo, é fundamental. As forças de segurança e, se necessário, as Forças Armadas deverão colaborar na prevenção e no combate a este fenômeno. O apoio incondicional aos bombeiros deverá ser inquestionável. A criação de parques de recepção de madeira queimada deverá ser utilizada como factor de nivelamento do preço desta matéria-prima. Impõe-se, como é óbvio, uma postura claramente mais dura para com os criminosos que assassinam as nossas matas.

Torna-se imperioso um controlo e uma fiscalização apertada e incisiva à chamada «indústria do fogo», porque sobre ela não pode existir qualquer tipo de dúvidas. A época de incêndios não se inicia por decreto mas, sim, pelas labaredas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Aproxima-se o Verão, tempo de alegria e prazer para uns, tempo de medo e terror para outros. Os produtores florestais, bem como todos os outros agentes da fileira gostariam de saber, através do Partido Popular, quais as novas medidas que o Governo adoptou tendo em vista a prevenção e o combate aos incêndios florestais.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna. Dispõe de três minutos para o efeito.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna (Armando Vara): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Neto, começo por lhe dizer que não podíamos estar mais de acordo. Subscrevo integralmente, ou quase integralmente, as opiniões que aqui enunciou. É em função disso que o Governo decidiu iniciar este ano aquilo que se espera que venha a constituir, nos próximos anos, uma aposta forte e uma mudança muito significativa na forma de encarar o problema: a prevenção.

Essa opção, tomada logo com a aprovação do Programa do Governo, teve tradução orçamental. Por isso, este ano, a percentagem de meios, do conjunto previsto para a área da prevenção, da vigilância e do combate, que o Estado afecta à prevenção ultrapassa os 30%, quando, por exemplo, no ano passado rondava os 10%. Quer isto dizer que o Estado vai investir este ano em prevenção, e só no âmbito do Ministério da Administração Interna, uma

quantia de 2,6 milhões de contos, para fazer face e desenvolver um conjunto de políticas nessa área.

Destas políticas, destaco algumas que, para nós, têm uma grande importância. Desde logo: um vasto programa de construção de caminhos florestais; um vasto programa de construção de pontos de água; e um programa de grande ambição, diria, de limpeza das florestas e das matas, que gostaríamos que, através das autarquias, fosse transformado num grande programa de criação sazonal de emprego. Se lhes acrescentar, a estas três ideias, um conjunto de projectos que definimos como projectos experimentais, que vão ser executados ao longo de todo o ano, penso que temos condições para chegar ao fim deste ano e, a partir daí, pensar efectivamente um sistema coerente de prevenção, vigilância e combate, que é algo que não existe.

Sr. Deputado, a nossa primeira tentação, quando assumimos responsabilidades nesta área, foi a que, penso, têm todos os governantes que se confrontam com este tipo de problemas: reformular legislação, mudar leis. Essa foi a primeira tentação. Travámo-la e decidimos que este ano seria, nesta matéria, um ano de observação do sistema, de implementação de um conjunto de medidas experimentais, porque não nos pareceu sensato querer pôr tudo em causa.

Portanto, o que estamos a fazer este ano é tentar optimizar os recursos, quer os humanos, quer os financeiros....

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, esgotou o tempo de que dispunha.

O Orador: — ... apostando decididamente na prevenção, sabendo também que este tipo de trabalhos e de políticas não são visíveis de imediato. Por isso, preferimos o trabalho de formiga ao espectáculo que normalmente se fazia em relação a esta matéria.

O Sr. Presidente: — Para formular o pedido de esclarecimento adicional, por dois minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Neto:

O Sr. Carlos Neto (CDS-PP): — Sr. Presidente, espero gastar menos do que isso.

Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, a minha pergunta vai no sentido de saber, em relação às medidas de combate aos fogos, quais são as que o Governo pretende implementar. Entende ou não V. Ex.^a que a chamada «indústria do fogo» tem de ser fiscalizada, controlada e observada? V. Ex.^a não desconhece o que a opinião pública murmura sobre esta matéria, quando diz que a «indústria do fogo» poderá ser uma das responsáveis por todo este fenómeno.

É tudo, Sr. Presidente e, como vê, não gastei os dois minutos.

O Sr. Presidente: — Agradeço-lhe o comedimento.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado, que dispõe de um minuto, nem mais um, nem menos um.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, a respeito desta matéria, gostaria de fazer-lhe duas ou três perguntas sintéticas quanto possível, porque esta é uma área que ocuparia muito tempo para fazermos perguntas e considerar os esclarecimentos necessários.

O meu partido apresentou, em sede própria da Assembleia da República, um projecto de lei de bases do orde-

namento florestal, com a criação de brigadas florestais. Creio que é por aqui que temos de começar a questão do combate ao fogo florestal.

Estou de acordo com o Governo em que não se faça essa «comemoração», que todos os anos se faz, dos fogos florestais. Folgo muito em saber que está em análise todo este conjunto de situações. Mas quero dizer-lhe, Sr. Secretário de Estado, que há, da parte dos bombeiros portugueses, duas preocupações acrescidas sobre esta matéria. Naturalmente, levantar-lhe-ia aqui uma que é, de todo em todo, complicada.

Como V. Ex.^a sabe, os grupos de primeira intervenção recebem, por 24 horas de serviço, 5000\$. E as brigadas de prevenção afectas aos fogos florestais recebem 150 000\$/mês, em 24 horas...

O Sr. Presidente: — Acabou o tempo de que dispunha, Sr. Deputado.

O Orador: — Deixe-me só terminar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Deixo, mas é para terminar mesmo.

O Orador: — Gostaria que o Sr. Secretário de Estado me dissesse como consegue compaginar esta situação dos fogos florestais com uma prevenção desta natureza e um desequilíbrio tão grande em relação a uns e outros.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Administração Interna, a questão que gostaria de colocar não se relaciona tanto com o combate mas, sim, com a prevenção.

Neste momento, a prevenção representa um quarto dos gastos e isto é, em nosso entendimento, manifestamente pouco. Fala-se da «indústria do fogo» porque, com efeito, os números relativos à floresta, no sul da Europa, traduzem uma realidade que é a de o fogo servir, por um lado, para abrir áreas para especulação imobiliária — esta tem sido a regra — e, por outro, que tem sido também regra, para destruir a floresta, para a chamada eucaliptização, ou seja, aquilo que também o Governo considera como a floresta de crescimento rápido.

Assim, pergunto-lhe como é que, numa perspectiva global de intervenção e de defesa da floresta, a questão da criminalização, a investigação e a prevenção vão ser articuladas e como é que se defende a floresta se ela continua a ser um espaço desertificado e se, aliás, se continua a pagar para que o seja.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Gavino Paixão.

O Sr. Gavino Paixão (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, numa proposta de lei, apresentada há relativamente pouco tempo nesta Assembleia, o Governo previa a instalação de uma comissão interministerial para esse assunto das florestas.

Nesse âmbito, a minha pergunta vai no sentido de saber o que é está previsto o Ministério da Administração Interna, juntamente com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, fazer quanto a essa questão, para, naquilo que julgamos primordial no combate aos fogos florestais, que é a limpeza das matas, ten-

tar resolver um dos problemas principais que, em nossa opinião, afecta essa questão dos incêndios.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Albuquerque.

O Sr. Mário Albuquerque (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, ouvi atentamente as suas preocupações relativamente à prevenção dos fogos florestais. Devo dizer-lhe que, em minha opinião, V. Ex.^a nada de novo trouxe aqui hoje, na medida em que os pontos de água, os aceiros e a limpeza das florestas já eram praticados anteriormente e eu, como presidente de câmara — e fui-o durante 16 anos —, senti-o bastante bem, particularmente nos últimos dois anos.

Sr. Secretário de Estado, disse V. Ex.^a que estavam a ser implementadas medidas. Questiono se essas medidas não deviam já estar implementadas, dado que o Verão está à porta.

O Sr. Presidente: — Para responder, pelo limite máximo de 10 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Interna.

O Sr. Secretário de Estado da Administração Interna: — Sr. Presidente, sem qualquer tipo de desconsideração pelos Srs. Deputados que colocaram as questões, gostaria de começar pela última, para dizer ao Sr. Deputado Mário Albuquerque que tem toda a razão. De facto, estas medidas deviam estar implementadas, este problema não se nos devia colocar; nesta fase, pois devíamos estar apenas a tratar do dispositivo de combate, porque a prevenção devia ter sido feita nos últimos 10 anos.

Aplausos do PS.

O Sr. Deputado, enquanto foi presidente da câmara, deve ter notado que, ao longo destes últimos 10 anos, o que o poder central lhe pedia era que lhe enviasse um «projectinho» para gastar uns «dinheirinhos» que havia. E a grande diferença que introduzimos, este ano — e, por isso, estamos a trabalhar distrito a distrito, em todos os distritos do País —, é que estamos a pedir às autarquias que nos apresentem projectos para resolver o problema e não apenas para gastar dinheiro.

Em função disso, estamos a definir áreas estratégicas de intervenção em cada um dos distritos, no sentido de poder canalizar os poucos recursos, porque, apesar de termos passado de 900 000 contos, no ano passado, para 2,6 milhões de contos, este ano, os recursos continuam a ser escassos e o que as pessoas exigem a quem governa é que tenha muita parcimónia na forma como gasta dinheiros públicos.

Portanto, vamos investi-lo, por um lado, nas zonas onde é preciso preservar a floresta e, por outro, construindo caminhos, pontos de água e lançando esse grande programa de limpeza de matas, que será simultaneamente um programa de ocupação de desempregados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Agora, não temos ilusões, Sr. Deputado. Se pudéssemos decretar que, este ano, não havia incêndios, já o teríamos feito — disso ninguém tenha dúvidas. Também sabemos que é muito mais fácil e proveitoso, do ponto de vista da mediatisação das medidas, para quem está a governar, fazer, todos os anos, a

«operaçãozinha» de lançamento e abertura da campanha de combate aos incêndios florestais, porque isso dá notícias nos jornais e presença na televisão e é mais fácil do que fazer o «trabalhinho» de formiga, que leva anos e anos a dar resultados, mas pelo qual optámos. Optámos pelo «trabalhinho» de formiga, por fazer as coisas que é preciso fazer, independentemente de elas darem ou não notícias.

Estou certo de que o conjunto de programas que estamos a desenvolver vai dar resultados no médio prazo, não tenho dúvidas disso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado Carlos Neto questionou sobre que meios para o combate e o que pode ser feito em relação à «indústria do fogo». Sr. Deputado, antes de falar dos meios de combate, começo, se me permite, pela vigilância. É que um dos projectos em que pormos muito ênfase tem também a ver com a questão da vigilância das florestas e da prevenção dos incêndios. Trata-se de um projecto de criação de brigadas motorizadas, em 60 concelhos do País. É um projecto experimental, porque, se ele resultar, no próximo ano, será alargado a todo o País...

O Sr. Carlos Neto (CDS-PP): — Mas há concelhos que já o fazem!

O Orador: — Havia um concelho que o fazia. E é com base nessa experiência, que nos pareceu utilíssima, que vamos estendê-lo, este ano, a 60 concelhos e que esperamos, se resultar, estendê-lo, no próximo ano, a todos os concelhos do País, com mancha florestal significativa.

Quanto ao dispositivo previsto para o combate, ele assenta essencialmente em 504 grupos de primeira intervenção, que mobilizarão um total de cerca de 2500 homens e mulheres que integrarão esses grupos. Vamos ser muito exigentes nessa brigada de primeira intervenção, evitando, desde logo, que, por exemplo, crianças intervenham ou participem nesse tipo de brigadas, o que, como sabe, cria certas dificuldades; evitando também e sendo exigentes em relação à operacionalidade e à capacidade das pessoas que lá estão, porque se há problemas de intervenção de crianças também os há, por vezes, de adultos com idade a mais. Vamos, pois, ser exigentes, de forma a que elas sejam, de facto, eficazes.

Esse dispositivo, para além dessas brigadas de primeira intervenção, comporta cerca de 30 helicópteros, entre helicópteros ligeiros e bombardeiros, dois aviões ligeiros e dois aviões pesados, no que se refere a meios aéreos.

Gostava também de dizer-lhe que, em relação aos meios aéreos, introduzimos duas pequenas mudanças, que, apesar de as classificar como tal, são muito significativas.

Em primeiro lugar, não haverá, este ano, lugar a pagamento de horas extraordinárias no aluguer de meios aéreos. Esse é um assunto decidido.

Em segundo lugar, vamos introduzir um conceito que permita avaliar o desempenho das empresas que prestam esse serviço ao Estado, ou seja, vamos tentar que cada empresa que aluga esse meio ao Estado fique responsabilizada por uma determinada zona para poder introduzir uma competição sadia entre empresas, de forma a que cheguemos ao final do período e possamos avaliar o desempenho de cada uma, coisa que, até agora, nunca se fazia, e isso custa muito dinheiro. No ano passado, o Estado gastou, nesta área, 2,1 milhões de contos e nós queremos saber se é possível avaliar a relação custo/benefício.

cio também em relação a esta matéria. Sobre isso, vamos ser intransigentes.

Em relação às brigadas florestais, pergunta feita pelo Sr. Deputado do PCP, e às preocupações dos bombeiros, nomeadamente com o pagamento das pessoas que integram as brigadas de primeira intervenção, procedemos, este ano, a uma actualização dos montantes. Como já teve oportunidade de ouvir em relação aos grupos de primeira intervenção, temos, este ano, prevista a constituição de 504 grupos. O dispositivo, do ponto de vista numérico, anda muito próximo do que existia. A grande mudança em relação aos grupos de primeira intervenção está na sua composição, porque vamos fazer uma fiscalização permanente da composição, determinar os critérios de maior exigência para a sua composição e seremos intransigentes em relação a isso.

É evidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, que os meios para a prevenção são poucos. Como tive oportunidade de dizer, a percentagem de meios gastos na prevenção, o ano passado, representava cerca de 11% do «bolo». Este ano, vai representar cerca de 35% do «bolo». E não esconde que gostaria que o Estado gastasse muito menos dinheiro no combate e muito mais na prevenção. E se for possível — e esperamos que o seja, nos próximos anos —, não iremos poupar aí ou gastar menos, mas, no conjunto dos milhões de contos que o Estado, nomeadamente no âmbito da Administração Interna, gasta nessa matéria, se for possível, repito, reafectaremos o investimento, de forma a que ele seja gasto na prevenção e na vigilância e não no combate, o que seria do nosso agrado. É que mesmo que chegemos ao fim do ano e concluirmos que, no conjunto, gastámos o mesmo, se fizermos esta reafecção, uma conclusão retirarmos: a de que não ardeu tanta floresta e que já valeu a pena fazer este investimento.

Um problema que é sempre focado todos os anos e que naturalmente também o será este ano é o da «indústria do fogo» ou das várias indústrias ligadas ao fogo.

Estamos a trabalhar no sentido de, no fim deste ano, podermos publicar a legislação que o Conselho de Ministros aprovar ou trazer à Assembleia aquela que aqui tenha de ser objecto de discussão, com o objectivo de criar condições para que cada vez haja menos pessoas a ganhar com os incêndios, com o fogo nas florestas.

Agora, teria sido fácil trazer aqui algumas propostas de alteração legislativa ou ter já aprovado algumas alterações legislativas, que provavelmente teriam dado a ideia de algum espectáculo, mas não teriam resolvido o problema. Como tive oportunidade de dizer há pouco, preferimos fazer isto passo a passo, resolver este problema de maneira a que todos sintam que é esse o objectivo.

Pareceu-nos, pois, haver que introduzir aqui alguma sensatez. De facto, dei-me conta, através da avaliação feita em relação a um conjunto de matérias e ideias expandidas no passado, de que nem sempre a sensatez estava por detrás dessas medidas e daí elas falharem.

É que tenho de concluir que, e estou ciente que quem estava no Governo antes de nós também não estava a promover «indústrias do fogo», estava, certamente, com o objectivo de resolver o problema, só que o tipo de medidas que implementou, em vez de resolver o problema, agravou-o.

É essa reflexão, é esse cunho de sensatez, que me pareceu útil introduzir no sistema e, por isso, decidimos que, este ano, nesta matéria, era um ano de apostar forte na prevenção, de conhecimento perfeito da máquina...

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, terminou o seu tempo. Lamento muito, mas, hoje, não tenho «saco azul».

O Orador: — Permita-me só concluir o meu raciocínio, Sr. Presidente.

Este ano será, portanto, o ano de observação nessa matéria; será um ano em que uma equipa exterior ao sistema avaliará o desempenho na prevenção, na vigilância e no combate. A partir de Outubro ou Novembro, teremos aqui um conjunto de medidas que tenderão a instalar, em Portugal, um sistema coerente em relação à prevenção e ao combate dos fogos florestais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório e parecer refere-se à substituição dos Srs. Deputados Luís Filipe Madeira, do PS, por um período não inferior a 45 dias, a partir do dia 26 de Abril corrente, inclusive, e Fernando Nogueira, do PSD, com efeitos a 26 de Abril corrente, inclusive, respectivamente pelos Srs. Deputados Horácio Neto Carvalho e José Carlos Pires Póvoas.

Na mesma data, em consequência da renúncia do Deputado Fernando Nogueira, assume o mandato o Deputado João Mota.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo pedidos de palavra, vamos votar. Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora passar à pergunta, formulada pela Sr.^a Deputada Maria Lúsa Mesquita, do Grupo Parlamentar do PCP, sobre o alargamento do perímetro do Campo Militar de Santa Margarida.

Tem a palavra Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Maria Lúsa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, como é óbvio, a questão refere-se não exactamente, como, por lapso, foi formulada, ao «alargamento do perímetro...» mas, sim, à «alteração da servidão militar do Campo Militar de Santa Margarida», que está sujeita, como é do conhecimento público, a inquérito por um prazo de 30 dias, cujo início remonta a 3 de Abril e cujo terminus remete para 3 de Maio.

Esta alteração, a concretizar-se, terá incidência fundamentalmente nos concelhos de Abrantes, Chamusca, Constância e Ponte de Sor.

Logo que foi conhecida a intenção do alargamento da área da servidão militar, as autarquias da região e a população em geral manifestaram, de imediato, grandes preocupações e interrogações perante as consequências que consideram negativas para o desenvolvimento das zonas afectadas.

Não questionando, obviamente, a necessidade da modernização das Forças Armadas e do cabal desempenho das funções que claramente lhe estão inerentes, interrogamo-nos se o alargamento previsto, após uma servidão anterior de 40 anos, se justifica, quando se prevê uma ocupação de mais de metade, por exemplo, das áreas dos concelhos da Chamusca e de Constância. Concretamente,

no que se refere ao concelho da Chamusca, a autarquia e os diversos agentes económicos e culturais e a respectiva população consideram questionados todos os projectos de desenvolvimento e de anti-desertificação que estavam em curso, particularmente, o de turismo rural e o de ordenamento florestal.

A legislação sobre esta matéria remonta, como é sabido, às décadas de 50 e 60, exigindo, naturalmente, profunda remodelação, por inadequação às realidades sócio-económicas e sócio-políticas do País. E mesmo estritamente do ponto de vista militar, terá, em nossa opinião, de merecer a necessária actualização.

Perante a situação criada, não será, no entender do Governo, justo e necessário suspender o processo em curso e formular uma outra proposta mais ajustada e consentânea com os anseios das populações, integrando, inclusivamente, sugestões e recomendações que já foram recolhidas a partir do momento em que a alteração foi publicitada por edital camarário?

Não considera o Governo ser viável que os interesses sócio-económicos da região e as necessidades e exigências das Forças Armadas, que objectivem obrigações e direitos, obviamente, das partes envolvidas, em conformidade com princípios e valores comummente aceites, se possam conjugar e não, de forma dicotómica, digladiar-se?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional.

O Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional (Pereira Gomes): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Lúcia Mesquita, para responder à sua pergunta, seja-me permitido dizer algumas palavras sobre a origem da questão que foi suscitada.

O Campo Militar de Santa Margarida foi criado em 1953, com uma área inicial de cerca de 12 km². Quatro anos depois, em 1957, foi constituída a servidão militar relativamente às zonas confinantes com o Campo Militar. Essa servidão mantém-se ainda hoje em vigor, sem qualquer alteração.

Entretanto, o Campo Militar foi sofrendo alargamentos sucessivos, através de aquisições de terrenos, passando, assim, da área inicial de 12 km² para cerca de 47 km², em 1986, dispondendo actualmente de uma área de cerca de 63 km². Esse aumento significativo da área do Campo Militar deu-se a partir de finais dos anos 70 e teve como factor determinante responder às necessidades da Brigada Mecanizada Independente, entretanto criada e ali sediada.

E foi para responder a essas necessidades que foi elaborado, no início dos anos 80, mais exactamente em 1983, um plano de expansão do Campo Militar, de modo a dotá-lo, nomeadamente, de infra-estruturas de tiro e áreas para exercícios táticos e de instrução. Esse plano de expansão, que se assumia expressamente como maximalista, previa um aumento da área do Campo Militar para cerca do dobro da área actual, que, como disse, é de 63 km². Em execução desse plano foram, de resto, já adquiridos alguns terrenos. Passou-se dos 47 km², em 1986, para os actuais 63 km².

Como é compreensível, o aumento da área do Campo Militar determinaria, em princípio, um aumento da área de servidão, de modo a garantir que os exercícios militares possam decorrer nas condições de segurança tidas como tecnicamente adequadas e, ao mesmo tempo, melhorar a protecção das pessoas e bens nas zonas confinantes com o Campo Militar. Entendeu-se nesse contexto que se deveria consultar as populações interessadas quanto à viabili-

dade do estabelecimento dessa servidão militar mais alargada, que seria a consequência do projectado alargamento do perímetro da Campo Militar. Foi isso que se fez e é esse processo de consulta que está actualmente em curso.

Dito isto, gostaria de sublinhar, antes de mais, e como já referi, que o plano de expansão, quer do campo propriamente dito, quer da área de servidão, era maximalista, na medida em que se visavam acautelar todos os alargamentos que fossem previsivelmente necessários para as próximas décadas. O ter sido fixado, desde logo, essa perspectiva maximalista destinava-se a permitir não apenas o melhor planeamento das Forças Armadas mas sobretudo possibilitar que esses planos de expansão fossem tidos em consideração pelas câmaras municipais aquando da elaboração dos seus planos directores.

Em segundo lugar, aquilo que é objecto de consulta é apenas, e tão-somente, um projecto visando uma eventual alteração das áreas confinantes com o Campo Militar, sobre os quais poderia incidir o regime de servidão. E isto no pressuposto de que o Campo Militar vai ser alargado nos termos projectados, o que ainda não aconteceu.

Em terceiro lugar, recordaria que o Ministério da Defesa Nacional está a dar cumprimento às normas legais em vigor nesta matéria, as quais determinam a consulta às populações através das câmaras municipais, logo que os estudos elaborados permitam definir os termos da servidão que se pretenda constituir ou alterar. O Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de Abril, determina, no seu artigo 3.º, que «cabe aos municípios publicitar as comunicações do Ministério da Defesa Nacional respeitantes a estudos para constituição ou alteração de servidões militares», acrescentando, no seu artigo 4.º, que «as reclamações poderão ter por objecto a ilegalidade ou a inutilidade da constituição ou alteração da servidão ou a sua excessiva amplitude ou onerosidade». Ora, é precisamente nesta fase da recolha de opiniões que nos encontramos.

Em quarto lugar, referiria que o Governo não tem uma posição pré-concebida nesta matéria, mantendo-se aberto ao diálogo e naturalmente atento ao sentir das populações. O projecto elaborado não passa disso mesmo, de um projecto. Ao decidirmos submetê-lo à apreciação das Câmaras Municipais de Abrantes, de Constância, da Chamusca e de Ponte de Sor e, por intermédio delas, às populações respectivas, pretendemos colher opiniões que pudessem contribuir para uma análise mais rigorosa desta questão.

Gostaria de afirmar que da nossa parte não se trata apenas de um cumprimento formal da lei, mas, sim, de um procedimento substancial. As opiniões e as reclamações que forem recolhidas serão tidas em devida conta e serão ponderadas na decisão que venha a ser tomada a final.

Em quinto lugar, gostaria de referir que, independentemente das reclamações — e já recebemos algumas —, o próprio Ministério da Defesa Nacional já iniciou um processo de reexame desta questão. Esse reexame passa por: uma possível redução da área de expansão do próprio perímetro militar; uma possível redução da área de alargamento da própria servidão — e posso adiantar, desde já, que é nosso sentimento que a área de servidão projectada é excessiva; uma hipotética eliminação de parte das actividades que no actual projecto estão sujeitas a licença prévia; uma simplificação dos procedimentos de licenciamento relativos às actividades em que tal regime deva ser mantido.

Para terminar, diria que a boa relação que tem existido entre a população local e as Forças Armadas aí sediadas é para nós a servidão mais importante que importa salvaguardar. É nesse sentido que trabalharemos.

O Sr. Presidente: — Dado que o Sr. Secretário de Estado pediu autorização para utilizar parte do tempo final, terá apenas 7 minutos e 30 segundos para as respostas.

Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Lufsa Mesquita.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, efectivamente, foi satisfatório o discurso que acabámos de ouvir. Apesar de toda a perspectiva histórica, que foi dilatada e é do conhecimento geral, o carácter de eventualidade, os pressupostos que estão subjacentes às decisões do próprio Governo e o diálogo e o sentir das populações, que deixou suficientemente claros como motores fundamentais para decisões posteriores, são, de facto, elementos extremamente satisfatórios e de considerar como elementos caracterizadores da vigência democrática que vivemos neste país, que não seriam de questionar mas, sim, de caucionar em cada momento da nossa atitude democrática e política nas diversas áreas, mesmo incluindo esta.

De referir, no entanto, uma questão que colocámos, que não foi objecto de resposta, que tem a ver com a legislação. Trata-se de uma legislação que foi entendida como inadequada, que remonta à década de 50 e 60, que não pode enquadrar a realidade política, militar e sócio-económica do País e que, na nossa perspectiva, não deve alhear-se da questão de fundo que tem a ver com esta premissa particular destes concelhos e desta região, mas que, provavelmente, nas tais eventualidades e discussões de diálogo e de sentir das populações, se pode colocar posteriormente noutros locais do País com a mesma pertinência. Se contarmos com uma legislação adequada e não tão extemporânea como esta, teremos, provavelmente, à partida, a questão minimamente resolvida, menos preocupações por parte das populações e menos interrogações por parte das autarquias.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, penso que o Governo, nesta situação concreta, é receptivo àquilo que é o sentir das populações, ou seja, que as questões de defesa têm de ser conciliadas e subordinadas àquilo que são as legítimas aspirações de desenvolvimento regional, que, seguramente, a expansão da área de servidão do Campo Militar de Santa Margarida iria obstaculizar.

Portanto, aquilo que, neste momento, me parece importante sublinhar é a atitude positiva do Governo neste caso específico em reconsiderar a sua posição e ouvir as populações. De qualquer modo, penso que foi positivo que o Governo tivesse vindo ao Parlamento discutir esta questão, o que significa que há outras preocupações relativamente a esta matéria, que não exclusivamente as das populações locais.

Gostaria que o Sr. Secretário de Estado clarificasse se há por parte do Governo intenção, não estritamente neste caso, de adequar a legislação àquilo que tem de ser a conciliação dos interesses do desenvolvimento local e regional com as questões de defesa, tal como hoje se colocam.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Albuquerque.

O Sr. Mário Albuquerque (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, queria comunicar das mesmas preocupações da Sr.^a Deputada Luísa Mesquita e manifestar a nossa apreensão, aliás já exteriorizada por um requerimento em tempo oportuno, pela eventual aprovação de decreto-lei que visa a alteração da servidão do Campo Militar de Santa Margarida.

É necessário que se diga, Sr. Secretário de Estado, que a área afectada ocupa quase metade do concelho da Chamusca, com as inevitáveis implicações de natureza social e económica, que se reflectem também nos concelhos de Constância, Abrantes e Ponte de Sor.

A ser aprovado o projecto agora em fase de inquérito, está-se, sem dúvida, a desvalorizar as propriedades, a prejudicar futuros investimentos, a comprometer postos de trabalho e a fomentar o drama da desertificação.

Será, Sr. Secretário de Estado, que as motivações militares subjacentes serão de tal ordem relevantes e impecáveis que possam, de algum modo, justificar um tão vasto rol de consequências negativas para a população dos concelhos a que nos reportamos?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, quero sublinhar, em primeiro lugar, que considero ser pertinente a pergunta apresentada pela Sr.^a Deputada Maria Luísa Mesquita e, em segundo lugar, que considero adequada a resposta do Sr. Secretário de Estado, ao considerar a sensibilização das populações no tratamento deste assunto e, em particular, o elemento que referiu, que me parece determinante, ao considerar que a maior e melhor servidão é a manutenção das boas relações entre as populações locais e as Forças Armadas.

E termino com a seguinte pergunta: sabendo que na década de 80 o estudo para o alargamento do perímetro do Campo Militar de Santa Margarida foi feito na base do treino operacional de uma brigada mecanizada independente, em que medida é que a actual extensão do campo não cumpre já o objectivo de um treino operacional e eficaz, adaptado a uma unidade tipo brigada mecanizada, como a que ocupa esse campo militar, ou se o não alargamento tem implicações graves relativamente a treinos operacionais, o que, a meu ver, não terá.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Carreteiro.

O Sr. Rui Carreteiro (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, os Deputados socialistas do distrito de Santarém tiveram conhecimento do facto em questão, tendo inclusive, participado num debate público na Chamusca e estão igualmente preocupados com as limitações impostas pela proposta de decreto.

Considerando que os executivos das Câmaras Municipais da Chamusca e de Abrantes já se pronunciaram claramente quanto às limitações impostas à zona de segurança, uma vez que põem em causa o PDM já aprovado, considerando que o estudo militar para o alargamento da servidão já tem 10 anos e que esta proposta está ainda no Estado-Maior das Forças Armadas, o que significa que carece de decisão política, perguntamos: o que pensa o Sr. Secretário de Estado sobre as ampliações de servidão militar feitas com base numa lei de 1955, tendo ocorri-

do no País e no mundo mudanças significativas nas políticas de defesa, nomeadamente na relação com o mundo não castrense?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Considera ou não que a Lei n.º 2078, de 1955, devia de ser revista por esta Assembleia, antes da aprovação política desta ampliação ou de outras que possam, entretanto, ser perspectivadas?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional, que dispõe, para o efeito, de 7 minutos e 30 segundos.

O Sr. Secretário de Estado da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou tentar responder às questões que me foram colocadas.

Relativamente à legislação em vigor, como a Sr.ª Deputada referiu, ela é de facto antiga e pré-constitucional, pois foi elaborada antes da Constituição que nos rege desde 1976. Essa legislação revela de facto, em alguns aspectos, desactualizações e, em outros, pode questionar-se da sua constitucionalidade.

O Ministério da Defesa Nacional está neste momento a examinar essa questão e as conclusões a que chegar não deixarão de traduzir-se em iniciativas legislativas, para não só adequar a legislação às nossas necessidades actuais como seguramente corrigir as inconstitucionalidades de que enfermar.

Quanto à questão mais geral do processo, que está agora em discussão e em consulta junto das populações próximas do campo militar de Santa Margarida, gostaria de dizer que o projecto existe há muito tempo e que poderíamos ter adoptado uma medida, que seria uma decisão de gabinete, que era pará-lo, por ser desadequado. Mas, havendo, como há, um mecanismo legal que, de resto, nos parece provar a sua eficácia, que é o de consultar as populações sobre a sua razoabilidade, ilegalidade e justificação, pareceu-nos que ser mais útil consultar as próprias populações, a fim de sabermos o que pensam deste projecto e, na sequência dessas opiniões — processo terminará em meados de Maio —, decidir em conformidade, evitando uma decisão de gabinete, que poderia ser bem fundamentada mas à qual faltaria um instrumento: as opiniões das populações.

Face às reacções já obtidas, o mínimo que se pode dizer é que o projecto tem de ser de facto repensado profundamente e é evidente que a solução a encontrar terá de compatibilizar as duas necessidades que já aqui foram identificadas: por um lado, as necessidades das Forças Armadas para o exercício e treino militar, como a brigada mecanizada, que tem exigências especiais, de modo a garantir não só a segurança das operações militares mas também a das próprias populações e, por outro, as necessidades de natureza militar com os interesses e direitos, que são legítimos, das populações.

Portanto, a solução final que vier a ser encontrada hárde harmonizar estas perspectivas, que não são forçosamente divergentes. E não faz qualquer sentido que se impõe uma servidão a um campo militar ao arrepio e contra a vontade das populações.

No que toca a saber se o actual perímetro militar e a servidão existente desde 1957 cumpre ou satisfaz as necessidades de natureza militar, eu diria que, sendo uma

questão técnica, não estou, por isso, habilitado a responder-lhe. Poderia ter um *feeling* — não sei se é permitido utilizar expressões estrangeiras nesta Câmara, e peço desculpa se não é —, um pressentimento, de que os actuais 63 km e a servidão existente desde 1957 poderão, eventualmente, ser suficientes, mas, como disse, é uma questão técnica, e cabe às entidades e autoridades técnicas examinarem o dossier, re-examiná-lo, e tentar buscar alternativas para garantirem que as necessidades das Forças Armadas se compatibilizem, se harmonizem, com os sentimentos e interesses das populações.

É isto que faremos. Vamos esperar pelas consultas, que, como já disse, chegarão formalmente a partir de meados de Maio — e já recebemos algumas opiniões —, o processo já está a ser re-examinado, quer pelo Ministério, quer pelo Estado-Maior do Exército, e será, com certeza, possível encontrar uma solução que harmonize os interesses em confronto.

Penso que respondi a todas as questões, mas, se assim não tiver acontecido, peço desculpa e poderei retomar a palavra, caso seja necessário.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, visto não haver mais inscrições, vamos passar à última pergunta, que tem a ver com a segurança social, que será colocada pelo PS.

Para formular a pergunta, em nome do PS, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Amélia Antunes, dispondo, para o efeito, de três minutos.

A Sr.ª Maria Amélia Antunes (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, penso que a difícil situação em que se encontra a segurança social é hoje uma questão unanimemente reconhecida por todos. É efectivamente uma situação preocupante que ninguém hoje ousa discordar. Múltiplas são as causas que levaram a esta complexa situação e o relatório sobre a situação da segurança social, recentemente apresentado pelo Sr. Ministro da Solidariedade e Segurança Social, reflecte bem algumas das causas e contém o diagnóstico exacto da situação em que se encontra o sistema da segurança social. Do relatório ressaltam alguns aspectos que importa evidenciar.

Há que evidenciar as dívidas astronómicas à instituição, dívidas essas que aumentaram significativamente nos últimos três anos, podendo dizer-se que duplicaram. Mas, paralelamente ao não pagamento das contribuições à segurança social por parte das entidades empregadoras em geral, vieram recentemente a público notícias, também preocupantes, que relatavam fraudes cometidas por indivíduos, mormente no distrito do Porto, de que se destacam alguns empresários em nome individual, que receberiam subsídios de doença não obstante gozarem de boa saúde e continuarem a desenvolver a sua actividade normal, auferindo os seus rendimentos normais. É uma situação verdadeiramente escandalosa, ilegal e imoral.

Importa, pois, Sr. Secretário de Estado, saber que mecanismos de fiscalização pensa o Governo implementar para acabar com esta escandalosa situação. Como pensa o Governo levar a cabo a recuperação da dívida à segurança social? Vai o Governo aplicar as devidas sanções aos infractores, através de que forma?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, para responder, dispondo, para o efeito, de três minutos.

O Sr. Secretário de Estado da Segurança Social (Fernando Ribeiro): — Sr. Presidente, a Sr.ª Deputada Maria Amélia Antunes mencionou dois grandes factores de perturbação do nosso sistema, que são efectivamente o acumular, por um lado, de dívidas derivadas de incumprimento por parte das entidades empregadoras, fundamentalmente destas, e, por outro, de situações de utilização irregular, ou mesmo fraudulenta, de certas prestações do sistema, recurso a elas tolerado, de alguma maneira, pelo sistema. De facto, estes dois factores perturbam e acrescem as dificuldades que o sistema tem, dificuldades que não derivam apenas disto, como se sabe.

O que posso dizer, começando pelas fraudes, é que pela leitura do relatório oportunamente apresentado a esta Assembleia pela equipa governativa, podemos constatar que houve um «disparo» muito forte de despesas, no que toca ao subsídio de doença, de 1994 para 1995, que se traduziu num acréscimo de 17 milhões de contos, de um ano para o outro. Na ausência de qualquer explicação, em termos de epidemia ou de outra situação qualquer anormal, isto deve ter a ver com alguns aspectos menos correctos do funcionamento do sistema, dos quais destaco dois: um interpretativo e outro mais directamente explicativo do que se passou.

No plano da interpretação, sabemos que este acréscimo da despesa, de um ano para outro, se deveu em 60,4% ao aumento do número de beneficiários do subsídio de doença e apenas em 26% ao aumento pecuniário da prestação. Portanto, a despesa cresceu basicamente porque houve mais gente não direi doente mas em situação de baixa. E, por outro lado, o acréscimo da despesa deveu-se ainda, em 14%, ao efeito do acréscimo da duração da baixa.

Assim, estas duas situações devem-se a haver mais gente nesta situação e a uma duração maior da baixa.

Por outro lado, ainda no relatório, pode encontrar-se o dado que explica em alguma medida esta situação, que é o decréscimo dos actos de fiscalização sobre o subsídio de doença. De 1992 até 1995, os actos de fiscalização administrativa e não médica baixaram de 56 900 para 15 900, o que explicará...

O Sr. Presidente: — Sr. Secretário de Estado, agradeço que condense o seu pensamento.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente. Terminei já.

Portanto, esta situação só pode ser resolvida efectivamente com o reforço da acção fiscalizadora, tanto no plano administrativo que já está em curso como no plano médico, essa aí passa pelo reforço da intervenção dos serviços de verificação de incapacidades temporária, que está sendo equacionado conjuntamente com o Ministério da Saúde. É prematuro, neste momento, ainda indicar as medidas em concreto que vão resultar daí, no entanto, basicamente é por esse caminho que vamos tentar conter este anormal desenvolvimento da situação de subsídio de doença.

Relativamente aos problemas da dívida, a resposta teria de ser um pouco mais longa, talvez na resposta final eu possa desenvolver um pouco isso, para não perturbar mais o andamento dos trabalhos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Amélia Antunes, por dois minutos.

A Sr.ª Maria Amélia Antunes (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, V. Ex.ª referiu que efectivamente houve um acréscimo das situações de baixa que terão eventualmente tido as consequências gravosas que o relatório evidencia. Todavia, as situações escandalosas que, de alguma forma, foram trazidas ao conhecimento público, através dos órgãos de comunicação social, foram levantadas apenas num distrito.

Relativamente ao aumento das baixas que o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social referiu, importaria também esclarecer se é um problema generalizado a todo o território nacional ou se, eventualmente, se localiza em determinadas áreas muito concretas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira, que dispõe de um minuto.

O Sr. Costa Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, face às contradições de declarações que diversos membros do Governo têm vindo a proferir relativamente à regularização das dívidas à segurança social, o que revela uma postura pouco motivadora para quem quer regularizar a sua situação. pergunto qual é a posição dos membros do Governo que está correcta.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, dadas as preocupações levantadas sobre o financiamento e gestão da segurança social, pergunto que critérios objectivos vão ser seguidos pelo Governo na atribuição de verbas do Fundo de Socorro Social que está dotado no Orçamento do Estado com cerca de 2,5 milhões de contos, sabendo-se que no passado ele funcionou mais como «saco azul», abastecendo paralelamente o PIDDAC e não para os fins a que foi dotado.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, V. Ex.ª, na sequência da pergunta que lhe foi formulada, falou no problema das dívidas à segurança social. Do ponto de vista do seu sector, a solução que vem preconizada na Lei do Orçamento do Estado e para a qual foi dada uma autorização legislativa é a da conversão eventual desses créditos em capital público de empresas como forma de as viabilizar.

Gostaria que me esclarecesse se essa é uma solução adequada à resolução dos problemas da segurança social. E, já agora, pergunto para quando pensa o Governo publicar o diploma para o qual foi autorizado.

A segunda questão tem a ver com o problema das baixas. O governo anterior aprovou um diploma tendente a uma intervenção mais eficiente nessa delicada questão. Queria saber se o actual Governo vai inovar legislativamente nessa matéria ou se, pelo contrário, entende que é uma questão de melhor execução da lei vigente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, no âmbito da gestão e financiamento da segurança social, o Governo resolveu criar uma comissão para o estudo desta matéria para elaboração do Livro Branco. Julgo que essa comissão estará a trabalhar, embora pareça que começam a surgir graves problemas no seu seio devido precisamente ao facto de, apesar de a comissão ter por objectivo estudar e propor, o Sr. Secretário de Estado pessoalmente estar a fazer afirmações públicas que apontam para decisões definitivas do Governo nessa matéria. Por conseguinte, muitas pessoas que estão na comissão começam a interrogar-se sobre o que estão fazer, se o membro do Governo diz que vai ser «assim e vai ser assado».

Duas questões concretas ainda em relação a esta problemática.

O Sr. Secretário de Estado afirmou publicamente — e não vou agora falar da afirmação que terá feito de que as pensões iam baixar, porque não tem a ver com o Livro Branco — que o IVA dito social é irreversível, vai manter-se. Então, está uma comissão a estudar como financiar a segurança social e o Sr. Secretário de Estado diz, desde já, que o IVA social é irreversível?

O Sr. Secretário de Estado pediu à comissão que estudassem o «plafonamento». Pergunto: a comissão tem em vista fazer estudos a pedido do Governo ou fazer o estudo geral sobre a problemática da gestão, fundamentalmente sobre o financiamento da segurança social?

O Sr. Presidente: — Dispondo de nove minutos para responder às questões formuladas, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social.

O Sr. Secretário de Estado da Segurança Social: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou tentar responder, de forma muito breve, às questões formuladas englobando aquelas que me parecem coincidentes.

Relativamente às baixas, não se trata de um problema isolado num distrito do País. Existe um problema manifestado de uma forma não direi homogénea mas relativamente generalizada em todo o País em matéria de baixas, no sentido de um «disparo» no período mais recente. O facto de a comunicação social se ter debruçado mais sobre o Porto é circunstancial. A segurança social está a actuar, evidentemente, em todo o País, só que no Porto houve uma actuação mais decidida e mais orientada, captando, pelos seus efeitos e pelos dados revelados, a atenção da comunicação social, o que, em nosso entender, é muito positivo por ter chamado a atenção de toda a opinião pública para este problema.

Por outro lado, no imediato, ainda não está prevista uma alteração legislativa nesta matéria para aumentar a verificação, a legislação em vigor é satisfatória de forma genérica, embora se possa vir a justificar algumas pequenas correções, designadamente nos períodos de concessão da baixa pela acção do sistema de saúde. Mas essa é ainda uma matéria que está numa fase relativamente atrasada de discussão e sobre a qual não há nenhuma posição formulada. No entender do Governo, o problema é essencialmente de execução do que existe no imediato. Foi isso que procurei vincar na resposta inicial à questão colocada pela Sr.^a Deputada Maria Amélia Antunes. Constatou-se um abrandamento na actuação fiscalizadora da seguran-

ça social nos últimos anos e nós estamos a procurar inverter esta situação.

Em relação às outras questões, deixarei para o fim a das dívidas, mas, relativamente ao Fundo de Socorro Social, direi que é um mecanismo orientado essencialmente para emergências e nesse sentido, sem excluir a necessidade de critérios mais objectivos do que aqueles que o passado porventura revele, não pode deixar de haver nessa matéria uma certa margem discricionária para a intervenção do Governo.

Por isso, ao contrário do outro tipo de situações da segurança social em que as prestações estão claramente regulamentadas e visam objectivos pré-definidos, neste caso tem de haver uma certa margem para poder responder a situações efectivamente de emergência.

No entanto, neste momento está a ser feito um esforço, que não é possível numa resposta breve traduzir, no sentido de procurar conter essa margem de discricionariedade da parte do Sr. Ministro que detém a responsabilidade da gestão do Fundo.

Entrando agora na questão das dívidas e do financiamento, que se prende com a última pergunta do Sr. Deputado Octávio Teixeira, poderei dizer, de forma breve, que é natural que haja na comunicação social algumas flutuações de opinião que radiquem em observações menos precisas deste ou daquele elemento do Governo. No que me diz respeito, não excluo que tenha sido factor disso. Nem sempre a nossa opinião é traduzida fielmente relativamente ao nosso próprio pensamento e a repercussão na comunicação social pode, por vezes, desvirtuar um pouco inadvertidamente o que é dito. Nestas fases de discussão, necessariamente um pouco aberta sobre um problema tão delicado, não me parece sequer que isso seja excessivamente preocupante. É preciso fazer um largo debate sobre o financiamento, sobre o problema da recuperação da dívida e é natural que exista alguma flutuação de opinião, sem que daí derive, penso eu, qualquer problema para a certeza e firmeza da actuação governativa. Naturalmente, outras opiniões são sustentáveis e pode defender-se que é melhor uma governação que nunca tenha dúvidas ou, mesmo, exclua sempre o erro, mas, enfim, nem todos estão habilitados a essa posição na acção governativa e, às vezes, os governos também têm de ter pessoas normalíssimas capazes de cometer erros e terem algumas dúvidas!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à comissão para elaboração do Livro Branco, é composta por peritos independentes e tem uma missão bem definida, que consta de uma resolução do Conselho de Ministros. Sobre isso não há qualquer equívoco. Não depende da solicitação específica deste ou daquele membro do Governo, designadamente do Secretário de Estado da Segurança Social, que só por delegação é que tem alguma competência em certas matérias de acompanhamento da comissão para elaboração do Livro Branco. A comissão tem uma missão, tem uma determinada composição e, tanto quanto sei, está a trabalhar bastante bem no sentido de levar a cabo essa missão. Numa pasta tão sensível como é a da solidariedade e segurança social e no aspecto específico da segurança social, de que sou directamente responsável, julgo que não se pode pedir ao Governo que paralise completamente a sua acção e até que fique «suspenso» em termos de pensamento, à espera que a comissão para elaboração do Livro Branco chegue ao diagnóstico definitivo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, o Governo, antecipando e fornecendo elementos para a comissão para elaboração do Livro Branco, apresentou um relatório a este Parlamento, traduzindo justamente uma primeira apreciação e um primeiro «tomar de pulso» aos problemas com que este sector se defronta. Não vejo que haja qualquer contradição com a actuação da comissão para elaboração do Livro Branco e com a nobreza da sua missão que é, a nosso ver, muitíssimo grande.

Por outro lado, quanto à minha declaração que foi transcrita, devo dizer que não me recordo de ter usado uma ênfase tão forte, mas admito que sim. Houve um problema de gravação por parte do jornalista que me entrevistou e não é possível saber se, de facto, o que eu disse foi com aquela firmeza que dizem haver. Mas não vou sequer entrar por esse caminho.

No que diz respeito ao IVA social, em toda a discussão que levou à formação da proposta de lei do Orçamento e à discussão que aqui teve lugar, essa questão nunca foi contestada por ninguém do Governo. Naturalmente que as verdades não são eternas, admito, em teoria, que poderá haver outras soluções que se venham a revelar tecnicamente superiores ao IVA social. Agora, uma coisa é certa: se se pretender, como parece imprescindível, aliviar alguma medida a pressão sobre a economia das empresas traduzida pela taxa social única a compensação que há é por via do imposto e, nesse caso, devo dizer que o IVA social funcionou bem. É uma solução do governo anterior, mas que foi mantida pelo actual Governo no Orçamento do Estado para 1996 e não vejo razão para que seja revista fora de um quadro de revisão muito mais profunda e de médio prazo do financiamento da segurança social.

Assim, quando disse que era inquestionável, se porventura o disse com essa firmeza — e admito que sim —, referia-me a uma óptica de curto prazo, porque não me parece que haja outra alternativa.

Portanto, não me parece que algumas das minhas declarações possam ser como uma que, *en passant* — usando o precedente aberto pelo meu colega de usar uma expressão estrangeira —, o Sr. Deputado referiu. Se perguntar à Sr.º D.ª Maria do Carmo, destacada dirigente da CGTP, que esteve presente no colóquio em que eu alegadamente teria referido essa limitação dos aumentos, julgo que ela poderá confirmar que eu não disse da maneira como vem transcrita nos jornais. Dei o exemplo de Espanha e alertei que poderia haver o risco para nós próprios de, sem outras medidas, podermos ir pelo caminho de ter de fazer limitações.

O Sr. Presidente: — Terminou o tempo de que dispunha, Sr. Secretário de Estado

O Orador: — Concluo, dizendo que, quanto à conversão do capital das empresas, de facto, a legislação em vigor, da responsabilidade do governo anterior, designadamente o Decreto-Lei n.º 411/91, já prevê essa medida. Não é uma novidade deste Governo, é em matéria fiscal mas não em matéria das dívidas à segurança social. Essa possibilidade já estava contemplada no que diz respeito aos juros. Naturalmente que poderemos vir a rever isso no sentido de alargar ao capital em dívida, mas só de uma forma compaginada com a regulamentação que vai ser feita em matéria de finanças.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, agradeço a vossa compreensão para o facto de ter gerido os tempos como um verdadeiro ferrabás.

Voltaremos a reunir na próxima terça-feira, às 15 horas, com a interpelação ao Governo n.º 2/VII — Sobre os temas de combate ao desemprego e das políticas de emprego, requerida pelo CDS-PP.

Gozem um bom fim-de-semana, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados.

Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 25 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
António Bento da Silva Galamba.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Horácio Neto Carvalho.
João Soares Palmeiro Novo.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Manuel de Medeiros Ferreira.
José Manuel Rosa do Egípto.
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Maria Jesuína Carrilho Bernardo.
Mário Manuel Videira Lopes.
Martim Afonso Pacheco Gracias.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.
Sérgio Humberto Rocha de Ávila.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.

Partido Social Democrata (PSD):

António Germano Fernandes de Sá e Abreu.
António Moreira Barbosa de Melo.
Artur Ryder Torres Pereira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.
Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Cruz Roseta.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.
Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
Rui Manuel Pereira Marques.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.



DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 252\$00 (IVA INCLUIDO 5%)